



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO - PPGeo

JEAN CARLOS LOUZEIRO DOS SANTOS

**DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do
lugar como tecido sociocultural**

São Luís

2020

JEAN CARLOS LOUZEIRO DOS SANTOS

DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza.

São Luís

2020

Santos, Jean Carlos Louzeiro dos.

Do bater dos panos à sirene escolar: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural / Jean Carlos Louzeiro dos Santos. – São Luís, 2020.

116 f

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza.

1.São Luís (MA). 2.Bairro Anil. 3.Fábrica de Tecidos. 4.Escola CINTRA. 5.Lugar. I. Título

CDU: 911.372.2(812.1)

JEAN CARLOS LOUZEIRO DOS SANTOS

**DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do
lugar como tecido sociocultural**

Aprovada em: 20/02/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Departamento de História e Geografia
(Orientador)



Prof.ª. Dr.ª. Sandra Maria Fontenele Magalhães
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Departamento de Geografia



Prof.ª. Dr.ª. Regina Célia de Castro Pereira
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Departamento de História e Geografia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pela oportunidade de ingressar na universidade em nível de mestrado (algo que outrora não imaginava que pudesse ocorrer um dia), por todas as vitórias alcançadas. Obrigado Pai amado!!! O Senhor cuida de minha vida, Ele prova seu amor a cada passo que dou e por isso lhe sou eternamente grato!

À minha família amada, meus pais Valderina e Carlos Eduardo e meu irmão Carlos Henrique, pelo apoio e auxílio dados a mim em todos os instantes da vida. Aos meus tios Valdiana, Luziane, Larice, Valdenice e Wandeson. Meu muito obrigado a cada um, a jornada seria muito mais pesada sem vocês!

Aos meus queridos avós, Dezelina (materna), juntamente com Miriam (paterna) e José de Ribamar (paterno), que apesar da distância estão sempre presentes em minha orações e pensamentos. À minha tia amada Valdenilde pelo estímulo e apoio, por estar sempre presente em todos os momentos importantes da minha vida. À tia Cláudia Cristina por sempre lançar palavras do coração de Deus ao meu nos momentos de luta e ansiedade.

Ao Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza pela oportunidade, paciência, atenção e orientação dadas a mim em todos os momentos da pesquisa, contribuindo para minha formação, não só acadêmica, mas pessoal também. Sua força, estímulo, carinho e determinação são exemplo para qualquer acadêmico!

Ao Prof. Dr. José Fernando Rodrigues Bezerra, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEMA, pelo apoio e amparo nos momentos difíceis desta pesquisa. Que Deus abençoe sempre o senhor!

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Araújo dos Santos, Vice Coordenador do PPGEU-UEMA, pela disponibilidade sempre em nos ajudar na Coordenação do Programa. Deus abençoe grandemente sua vida!

À Prof.^a. Dr.^a. Regina Célia de Castro Pereira, pelas grandes contribuições no início deste trabalho, suas intervenções foram valiosas, tanto no início como no momento da qualificação.

À Universidade Estadual Vale do Acaraú pela liberação da Professora Dr.^a. Sandra Maria Fontenele Magalhães para o exame de qualificação. E agradeço a professora pelas grandiosas contribuições nesta pesquisa. Expresso aqui o meu muito obrigado!

À três professores do PPGEU-UEMA, Cláudio Eduardo de Castro, Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha e José Sampaio de Mattos Júnior pela força de sempre. As disciplinas ministradas pelos senhores contribuíram e muito para a construção do conhecimento e embasamento desta pesquisa. Muito obrigado!

Aos meus colegas da 3^a turma do Mestrado PPGEU, em especial amigos que levarei comigo, como Carol, Josi, Jefferson e Rejane. Foi muito bom ter compartilhado com vocês momentos da formação no espaço sala de aula e fora dela. Sinto saudades! As minhas expectativas são de que nossas pesquisas possam servir de alguma forma para a compreensão e análise de nossa sociedade e não só isso, que possam servir de embasamento para mudanças de realidade social. Assim espero! Agradeço à amizade construída também com Thaís, da 2^a turma do Mestrado PPGEU. Sua ajuda foi fundamental Thaís!

Agradeço as *meninas* da secretaria do núcleo de pós-graduação do PPGEU: Nana e Thainá, que sempre com um sorriso no rosto atendiam às nossas necessidades sem medir esforços. Obrigado! Vocês são 10!

E principalmente, aos que em mim fizeram despertar a curiosidade de conhecê-los e compreender como se dá sua dinâmica em seu Lugar, a quem dedico este trabalho, torcendo para que continuem firmes e determinados naquilo em que acreditam em prol de sua comunidade local. Aos moradores entrevistados do bairro Anil. Foi de fundamental importância a participação dos senhores e senhoras neste trabalho. Aqui posso destacar: Sr. Carramilo (*In Memoriam*), Sra. Rosalvina Ferreira (*In Memoriam*), Sra. Margarida Barbosa, Sra. Maria José Leite, Sra. Joventina Veiga e todos os demais. Muito Obrigado! Além de órgãos e instituições públicas nas quais estivemos realizando a investigação, em especial aos funcionários do CINTRA, Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite e Arquivo Público do Maranhão.

Também quero deixar registrado meu agradecimento à FAPEMA, pela concessão da bolsa de fomento, ressaltando que esse apoio foi de suma importância durante todo o decorrer da pesquisa de mestrado. Muito obrigado pela oportunidade!

Enfim, meu MUITO OBRIGADO à todos que contribuíram direta ou indiretamente para que essa pesquisa fosse realizada. Encerro esta etapa na produção do conhecimento certo de que nada está concluído.

Nesta perspectiva, faço uma auto avaliação e vejo que quanto mais busco por respostas em meio à realidade, novas questões surgem, novas dinâmicas, novos começos e recomeços, o que demonstra que a realidade nunca se apresentará pronta e acabada. Mas sempre dando novas oportunidades para (re)construção do conhecimento.

Assim, vemos este lugar ir progredindo, enchendo-se da vida satisfeita de uma população alegre e laboriosa que todos os dias aumenta; e se ligarmos a ele a resolução tomada pela Companhia Ferro-Carril do Maranhão, estendendo-se a sua linha férrea até cá, por meio de tração a vapor, e cujos trabalhos já se acham iniciados, devemos convir que uma nova era de prosperidade e bem-estar se vai implantar entre nós e que não será para admirar ver convertido este aprazível terreno, em pouco tempo, numa risonha e pitoresca vila suburbana.

Joaquim Itapary.

RESUMO

No contexto de atividades econômicas ligadas à industrialização brasileira no final do século XIX, São Luís passava por transformações espaciais relevantes, sobretudo pela instalação de fábricas têxteis nos arredores de sua área urbana. Um destes empreendimentos diz respeito à Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, localizada nas proximidades do rio Anil, surgindo daí o primeiro grande bairro suburbano da cidade. A saber, a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil não resistiu aos entraves econômicos e pediu falência em 1961. Sem uso por cerca de trinta e dois anos, em 1993 o prédio foi refuncionalizado por razões educacionais, dando margem ao Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA. Neste sentido, este trabalho dissertativo tem o objetivo de analisar o bairro Anil como um lugar tecido sócio culturalmente por esta dinâmica espacial relatada, entendendo a centralidade simbólica do *espaço da Fábrica-Escola*. De tal modo, a inquietação de cunho geográfico da pesquisa sobre o bairro Anil está em compreender, pelo menos em parte, os processos e contextos que ocasionaram a refuncionalização da forma da antiga Fábrica Rio Anil, o que, por ventura, ressignificou a ideia de lugar dos agentes constituidores daquele quadro espacial. Uma vez tendo adotado os procedimentos metodológicos de estudo bibliográficos e realização de atividade de campo, apostamos, em aproximações fenomenológicas ao entrevistarmos trabalhadores fabris, antigos moradores, representantes da escola em tela, da comunidade e do setor industrial do Estado. Dos resultados obtidos, pode-se dizer que *do bater dos panos à sirene escolar* o Anil é um espaço e tempo desafiador às próprias pessoas daquele lugar-bairro que, por meio de suas memórias, desvelam geografias imaginadas e concretas.

Palavras-chave: São Luís-MA. Bairro Anil. Fábrica de Tecidos. Escola CINTRA. Lugar.

ABSTRACT

In the context of business activities turned to Brazilian industrialization by the end of the 19th century, São Luís had some changes in some parts of its spatial territory. One of these changes was the textile factory installation surrounding of the urban zone. This work stands out the emergence of Fiação e Tecidos Rio Anil Company, located by river Anil, thus appearing the first big neighborhood in the District of São Luís. However, Fiação e Tecidos Rio Anil Company had to apply for bankruptcy in the 1960s due to several economic losses. By the way, the building where working that company it was abandoned approximately 32 years but in 1993 for the educational reasons led the building in full operation, from that year arose the Centro Integrado do Rio Anil School - CINTRA. The aim of this study was analyzed Anil neighborhood such as a place where it had changed significantly social and cultural in its spatial area as well as comprehending the symbolic importance of the Factory-School. In such way, the restlessness for a geographic research and understanding about Anil neighborhood transformation showed, at least in part, some processes that happened and brought the old building operates again. The methodological procedure involved was the background knowledge from the specialized bibliography and a field research. This one carried out for the purpose of collecting testimonies from textile workers, the oldest and current dwellers, CINTRA school representatives and some recent industrial workers. The results showed from the floor factory to the siren of the school, Anil neighborhood is a challenger place by its territory and time for its dwellers, who by means of their memories reveal supposed and unquestionable geographies.

Keywords: São Luís-MA. Anil neighborhood. Textile Factory. CINTRA School. Place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Dependências da Fábrica Rio Anil	18
Figura 02 – Mapa de Localização do bairro Anil.....	19
Figura 03 – Área Central Estudada	21
Figura 04 – Fábrica de Tecidos de Caxias	48
Figura 05 – Estrada de ferro-carril Cutim-Anil	50
Figura 06 – Falta de vegetação nas margens e poluição do rio Anil	51
Figura 07 – Ruínas da residência de proprietários da Fábrica Rio Anil (início da Vila Anil)	53
Figura 08 – Fachada antiga da Fábrica de Tecidos Rio Anil (1909).....	55
Figura 09 – Forma da antiga Fábrica de Tecidos Rio Anil, atualmente escola CINTRA.....	55
Figura 10 – Interior do Club Líteo Português.....	56
Figura 11 – Ruínas do Club Líteo Português	56
Figura 12 – Fachada do Club Jaguarema	57
Figura 13 – Porto do Anil	58
Figura 14 – Altar presente em residência do Anil	59
Figura 15 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição/ bairro Anil, São Luís-MA.....	60
Figura 16 – Ruínas de casas de funcionários da Fábrica Rio Anil	62
Figura 17 – Vila do Anil (1909)	63
Figura 18 – Carteira de Trabalho do Sr. Carramilo, operário da Fábrica Rio Anil	64
Figura 19 – Carteira de Trabalho da Sra. Rosalvina Ferreira, operária da Fábrica Rio Anil	65

Figura 20 – Nascentes do rio Anil.....	75
Figura 21 – Médio curso do rio Anil	78
Figura 22 – Jardins do Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA	82
Figura 23 – Arquitetura interna do Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA.....	83
Figura 24 – Uma das entradas de acesso ao Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA.....	84
Figura 25 – Ônibus da linha Anil.....	89
Figura 26 – Posto de saúde, outrora alfândega do Anil.....	90
Figura 27 – Trânsito na Avenida São Sebastião, Anil	91
Figura 28 – Projeto de grafite Renascer Anil	92

LISTA DE SIGLAS

CAICS – Centro de Atenção Integral à Criança

CIACS – Coordenadoria de Informação e Atendimento à Comunidade

CINTRA – Centro Integrado do Rio Anil

FNS – Fundação Nacional de Saúde

IAPI – Instituto Nacional de Previdência Social

HEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PPGeo – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço

SEDESC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Comunitário

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SEINC – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Vendas da Fábrica Rio Anil 1936-1938	65
---	-----------

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. FIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	24
2.1 Espaço e tempo: o interesse do geógrafo	25
2.2 O lugar como tecido sociocultural: espaço e memória	30
2.2.1 Lugar para geografia humanista e geografia crítica	32
2.2.2. Lugar e memória	39
2.3 O bairro como escala espacial de vivência	40
2.4 Direcionamentos sobre o método fenomenológico	42
3. O ANIL NO SÉCULO XX: ESPAÇO E MEMÓRIA TECIDOS PELO BATER DOS PANOS	46
3.1 As fábricas têxteis no contexto da industrialização maranhense: sobre a Fábrica de Tecidos Rio Anil	47
3.2 A Fábrica Rio Anil e a dinâmica socioespacial do bairro	54
3.3. A falência da Fábrica	63
3.4 O Anil sob os fios das memórias dos trabalhadores fabris	67
4. O ANIL DE OUTRORA E NOS DIAS ATUAIS: OS LUGARES TECIDOS ENTRE O BATER DOS PANOS E A SIRENE ESCOLAR	70
4.1. Uma linha de interpretação dos agentes espaciais da indústria	71
4.2. O rio Anil e os anilenses	75
4.3. Ecos interpretativos dos agentes espaciais da educação	79
4.3.1 O Projeto Arquitetônico da Escola CINTRA	81
4.3.2 Fábrica da educação, produção com saber	84
4.4. O Anil sob os fios das memórias dos moradores	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

APÊNDICES	104
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista com os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Rio Anil	105
Apêndice 2 – Roteiro de entrevista com moradores (antigos) do Bairro Anil	106
Apêndice 3 – Roteiro de entrevista com a Coordenação Pedagógica do CINTRA	107
Apêndice 4 – Roteiro de entrevista com representante da Associação de Moradores do Bairro Anil.....	108
Apêndice 5 – Roteiro de entrevistas com representantes da SEINC	109
ANEXOS	110
Anexo 1 – Lei nº 5.774, 1993 – Criação da Fundação Nice Lobão	111

1. INTRODUÇÃO

O bairro Anil é um espaço da cidade de São Luís que sempre nos chamou atenção, sobretudo pela sua pujante história ligada aos usos do rio Anil e de suas águas azuis. Tal interesse ganhou ênfase como sugestão da professora Regina Célia de Castro Pereira, que já conhecia a história do bairro e outrora no período do ensino secundário, porquanto o referido bairro despontasse como um espaço inquietante devido ao fato de haver ali uma sociedade superaquecida do ponto de vista sociocultural. As discussões acerca dessa efervescência perpassam, certamente, às atividades desenvolvidas pela Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil.

Decerto, esta pré-disposição pessoal veio a denotar o interesse pelo tema e *objeto de pesquisa* trabalhado aqui. Quando da decisão de prestar seleção no mestrado em Geografia na UEMA, sabíamos que era sobre o Anil que discorreríamos. Na década de 1990 o bairro também era pauta nos assuntos de família, ora aparecendo relacionado a um sentimento de nostalgia, ora surgindo relacionado a um sentimento de esperança em dias melhores. Esperança depositada, sobretudo, na escola que acabara de ser inaugurada: o CINTRA, onde alguns familiares estudaram. Então, esta dissertação traz consigo essa história.

Este estudo – **Do bater dos panos à sirene escolar: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural** –, por sua vez, busca contextualizar passado e presente do bairro Anil a partir dos agentes construtores e interpretadores de sua realidade espacial. Falamos, pois, em *tecer fios* das memórias de tais pessoas, alicerçados por escolhas teóricas e metodológicas significativas a fim de alcançar as representações acerca do bairro.

No contexto das atividades econômicas do final do século XIX, o Estado do Maranhão, seguindo a tendência adotada no país, passava pela fase de industrialização, à qual se caracterizava por transformações relevantes. No final do referido século, São Luís já não se restringia às extremidades do e Campo de Ourique (onde atualmente localiza-se o Liceu Maranhense e a Praça Deodoro) e ao Largo dos Remédios, núcleo inicial de sua formação.

Um dos motivos que muito contribuiu para a expansão da cidade se deve a instalação de fábricas têxteis nos arredores da área urbana, como foram os casos

da Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa, da Companhia Fabril Maranhense ou Santa Isabel, no atual “Canto da Fabril”, da Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo e da Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís, localizada no final da Rua São Pantaleão, ao lado da Madre Deus, bairro do Centro de São Luís (RIBEIRO Jr, 2001, p. 71). Sobremaneira, destacamos aqui a instalação da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (Figura 1), distante 10 km do centro da cidade.

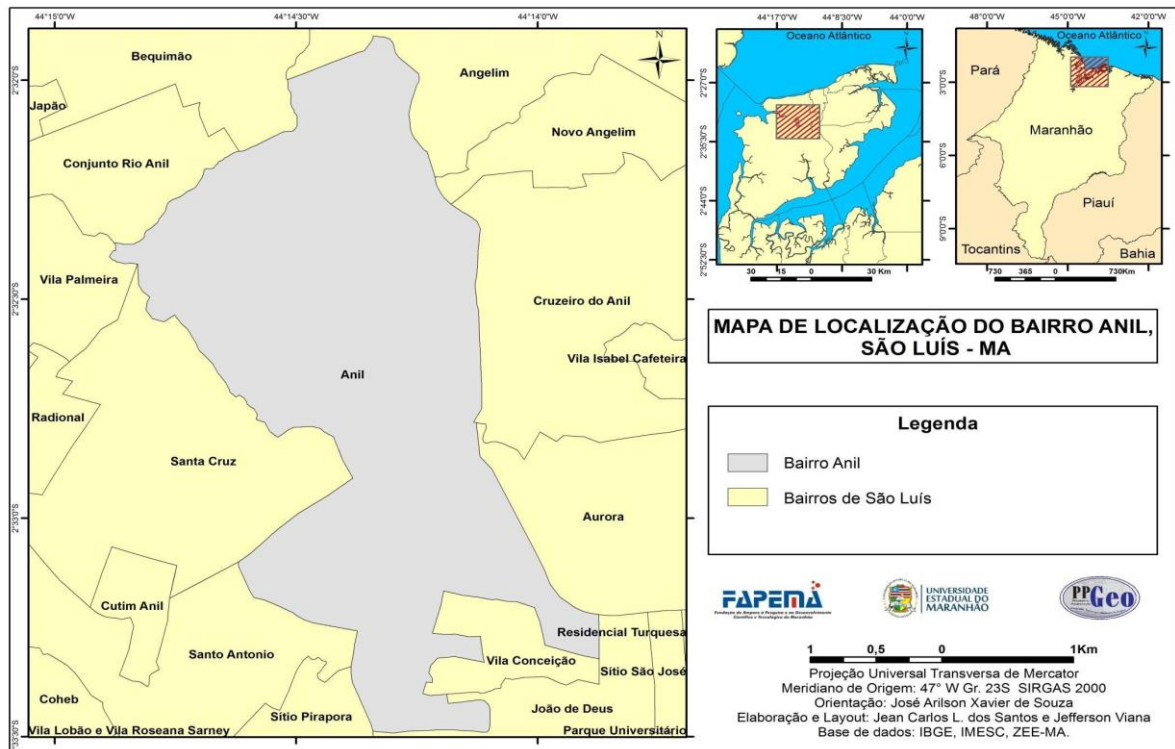
Figura 1 – Dependências da Fábrica Rio Anil



Fonte: Livro do Maranhão, 1908.

Os operários destas fábricas viam-se obrigados a residirem nas proximidades dos seus locais de trabalho, de forma que “estes bolsões operários serviam como elementos expandidores da zona urbana de São Luís” (RIBEIRO Jr, 2001, p. 72). No final do século XIX, pelo menos dez fábricas de tecidos e fiação se instalaram na cidade, anunciando o progresso e mudança da vida social do lugar. A Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, construída em 30 de junho de 1893, por exemplo, muda, acentuadamente, os modos de vida do bairro Anil (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de Localização do bairro Anil



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil pertenceu a seis empresários de São Luís: Antônio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manuel José Francisco Jorge, José Francisco de Viveiros, Jerônimo Tavares Sobrinho e, o Cônsul da Grã-Bretanha no Maranhão, o escocês Henry Airlie, idealizador da Companhia.

Esta fábrica ocupou uma área de 9.991m², sendo edificada em pedra, cal e alvenaria de tijolo. E como era comum acontecer nos entornos das fábricas, uma vila operária prosperou no local. Conseqüentemente diversos serviços foram sendo instalados nas proximidades do pátio fabril. A vila operária foi construída pelos empresários da Fábrica com intuito de assegurar a assiduidade dos empregados, que chegou ao número de cem em época áurea.

Dada a importância do bairro à época, a Companhia Ferro-Carril do Maranhão construiu dez quilômetros de trilhos até o Anil, por onde circularam bondes animáticos, que mais tarde tornou-se um dos principais trechos da malha ferroviária da cidade. Isso propiciou também o deslocamento dos operários que

seguiram para o trabalho logo ao soar do apito da fábrica e também contribuiu para o escoamento da produção fabril, a qual teve seu apogeu na década de 1930, quando a produtividade chegou a 1 milhão de metros por ano.

Entre as décadas de 1940 e 1950, o Anil desenvolveu-se admiravelmente, passando a ter uma boa estrutura social e de lazer, como educandários, colégios, igrejas, cinemas, bailes, *banhos*, além de mercado público, onde funcionou mais tarde a superintendência do Anil e que hoje abriga um posto médico e várias lojas de tecidos. Atualmente, este arranjo espacial urbano ainda carrega marcas na paisagem da cidade de outrora.

Como boa parte das fábricas da época, a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil não resistiu aos entraves e pediu falência em 1961. Sem uso por cerca de trinta e dois anos, em 1993 o prédio foi refuncionalizado com fins educacionais, dando lugar ao Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA (projeto do arquiteto Fabrício Pedroza). De tal modo, com problemática e inquietação de cunho geográfico da pesquisa, intentamos compreender: **como se desenrolaram os contextos que ocasionaram a refuncionalização da forma da antiga Fábrica Rio Anil e, como, por ventura, este processo ressignificou a ideia de lugar dos agentes constituidores daquele quadro espacial?**

Neste sentido, objetiva-se, de modo geral, **analisar o bairro Anil como um lugar tecido sócio culturalmente por esta dinâmica espacial relatada, buscando compreender a centralidade simbólica do espaço da *Fábrica-Escola*** (Figura 3). Enquanto objetivos específicos, seguem os mais relevantes: compreender a organização espacial do bairro Anil no século XX, tomando como referência a Fábrica de tecidos e as representações memoriais de trabalhadores fabris e moradores; interpretar o processo de ressignificação simbólico-espacial do bairro e do prédio da antiga Fábrica de tecidos, hoje escola CINTRA; examinar a representatividade da escola CINTRA no cenário do bairro Anil nos dias atuais.

O campo foi escolhido nas primeiras reuniões com o orientador. A escolha inicial foram os antigos trabalhadores da Fábrica de Tecidos do Rio Anil. Logo em seguida entrevistou-se os moradores antigos do bairro Anil, e por fim órgãos públicos ligados ao setor industrial. Utilizou-se a entrevista semiestruturada.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Uma vez tendo adotado os procedimentos metodológicos de estudo bibliográficos e realização de atividade de campo, apostamos, para tanto, em **aproximações fenomenológicas** (MOREIRA, 2002) ao entrevistarmos trabalhadores fabris, direta ou indiretamente, antigos moradores, representantes da escola em tela, da comunidade e do setor industrial do Estado. Parte-se do pressuposto de que *na* memória destes sujeitos há um rico conjunto de saberes sobre essa fase específica do bairro Anil, Saberes os quais também traduzem histórias não oficiais, digamos assim, mas, sobretudo, histórias e espaços vividos cotidianamente. Sendo assim, cremos que a tentativa de alcançar tais saberes permite certo aprofundamento na compreensão das dinâmicas espaciais do bairro em questão, justificando a referida pesquisa social.

Figura 3 – Área central estudada



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Uma característica desta pesquisa é que ela se pretendeu de **caráter qualitativo**, porquanto busca valorizar os significados que os sujeitos atribuem às situações e aos seus espaços de vida, capturando, portanto, as perspectivas dos depoentes, ao mesmo tempo em que considera os diferentes pontos de vista dos mesmos. Ademais, também lançamos mão de textos descritivos, dados coletados diretamente com as situações estudadas, registros fotográficos das formas espaciais estudadas e etc. Mais sobre os direcionamentos metodológicos da pesquisa, encontrar-se-á no transcorrer dos próprios capítulos (ver também apêndices de 1 a 5), sobretudo no de número 4 – O Anil de outrora e nos dias atuais: os lugares tecidos entre o bater dos panos e a sirene escolar.

As chaves de leitura até então apresentadas tornam pertinente uma visão global da pesquisa, o que será melhor compreendido a partir da imersão nos próximos capítulos da dissertação, considerando que esta introdução é o seu capítulo de abertura e as considerações finais é o último.

O capítulo dois tem a preocupação de refletir sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa e está dividido em quatro seções. Na primeira seção, discorremos sobre as noções de espaço e tempo e o interesse do geógrafo. Na segunda seção, revisitamos o conceito de lugar, relacionando-o com as ideias de espaço e memória. A seção três reserva-se a discutir sobre o bairro como escala espacial de vivência cotidiana. Já a última seção apresenta direcionamentos sobre o método fenomenológico.

Já o capítulo três concentra-se sobre o bairro Anil no século XX, tendo como foco principal as atividades fabris-têxteis. Neste capítulo valoriza-se o processo de industrialização maranhense e ludovicense, com especial atenção nas dinâmicas do bairro proporcionadas pela *Fábrica do Rio Anil*. Dentre os temas que lançamos luz, destaca-se o tempo áureo da Fábrica, bem como da sua falência, e os efeitos disso tudo na dinâmica social do bairro. Neste ensejo, ainda trabalhamos neste capítulo a memória de trabalhadores fabris.

No quarto capítulo, por sua vez, buscamos transitar entre um bairro Anil de outrora e dos tempos atuais. Buscamos fazer isso na tentativa de capturar os lugares tecidos entre o espaço-tempo da Fábrica e o espaço-tempo da Escola. Nesta empreitada, fazemos uso do material de entrevistas que desenvolvemos com

agentes espaciais da indústria e com agentes espaciais da educação, bem como de representante da comunidade.



Av. Casemiro Jr. Fonte: Portal Minha Velha São Luís.

2 - FIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1. Espaço e tempo: o interesse do geógrafo

A geografia traduz um conhecimento e se configura como uma ciência de fundamental importância para a compreensão da vida e das relações sociais que a sustentam. De maneira geral, podemos dizer que a geografia tem como função social principal analisar a vida em sua dimensão espacial. Esta posição, portanto, dá conta de um estudo profundo e comprometido no sentido de entender as diversas interações que dão dinâmica ao espaço. De leituras críticas às leituras culturais, interessa ao geógrafo, ainda, a temporalização do espaço geográfico.

Quando falamos de *espaço*, nos referimos aos aspectos físicos e humanos que os integram e que são passíveis, como mostra a epistemologia geográfica, de exames temporais. Neste contexto, as estratégias humanas no que concerne à apropriação do espaço devem ser consideradas. O processo de globalização, e a gama de tecnologias que este representa, por sua vez, abre margem às novas formas de interação homem-espaço (MASSEY, 2008). De fato, as nossas relações estão mais virtuais nos dias atuais. Tudo isso soa como desafio às análises geográficas.

Na obra “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial”, Souza (2013, p. 28) realiza uma discussão que se inicia sobre o conceito de espaço geográfico, para ele, inicialmente, espaço social, procedendo, ainda, reflexões sobre a sua organização e produção do espaço. Recorrendo a uma série de aproximações entre abordagens, o autor escreve esta seção no intuito de abrir passagem para direcionamentos sobre os conceitos de paisagem, território, lugar, região, rede, escala geográfica, práticas espaciais para, assim, revelar que a “geografia é irremediável e estonteantemente plural”.

Após um ensaio contundente a respeito do estatuto epistemológico da ciência geográfica, Souza chega à ideia de espaço geográfico como algo mais amplo que o espaço social, este último sendo entendido como uma qualificação do primeiro. O espaço social é, a princípio, algo material, tangível, palpável, repleto de objetos geográficos particulares (SOUZA, 2013).

O autor supracitado aponta que por gerações os geógrafos só consideraram a dimensão material do espaço geográfico, ou seja, as dimensões

simbólicas foram negligenciadas. Apela, por ora, que não nos esqueçamos desses seus caracteres. Reduzir a análise geográfica aos aspectos materiais do espaço já não cabe mais. É preciso avaliar com atenção, por exemplo, os processos que levam ao desenvolvimento da organização espacial.

A organização espacial constitui-se por objetos criados ou não pelo homem, e que são rearranjados conforme lógicas nem sempre visíveis. Henri Lefbvre (1974) revela-se como um geógrafo relevante no que toca ao tema produção do espaço. A sua teoria é decisiva para a compreensão de que a geografia deve ler com profundidade as relações de poder instituídas no e por meio do espaço geográfico. Portanto, inevitavelmente, compreender a produção do espaço passa a ser um entendimento das ações do homem no tempo.

Assim, façamos alguns questionamentos: de que maneira a noção de tempo passa a ser incorporado pela teoria geográfica? A que noção de tempo nos referimos afinal? Qual a noção de tempo que orienta a ciência geográfica? Em meio à contemporaneidade, o que muda no tratamento de tempo pela geografia?

Sem a pretensão de gerar respostas a tais questões, recaímos nas reflexões de Corrêa (2016) sobre “O interesse do geógrafo pelo tempo”. Neste artigo o autor esclarece que o interesse do geógrafo pelo tempo ocorre em função das espacialidades das ações humanas no curso da história, espacialidades materializadas, expressas em obras, fluxos, e seguindo diversos processos sociais. Em outros termos, a organização do espaço, como fruto do tempo, interessa ao geógrafo. Em tese: a vida espacializada em tempos que configuram regiões, lugares, paisagens e territórios deve despertar a curiosidade geográfica.

O que se segue na proposição de Corrêa apresenta perspectivas de análises do tempo pelo geógrafo que vão além da componente cronológica. Herança, memória, projeto, inscrição e trajetória são noções que o autor utiliza para alargar as nossas ideias sobre a importância do geógrafo abordar o tempo.

Na análise acerca da organização do espaço, Corrêa (2016) afirma que em inúmeros estudos o tempo é incorporado, ainda que muitos desses não possam ser considerados geografia histórica. O tempo, no sentido de tempo social, se faz presente em qualquer atividade humana, incluindo as atividades efetuadas no atual momento. É possível afirmar que a história estuda a atividade humana no tempo e a

geografia estuda a atividade humana no espaço. Ademais, torna-se correto dizer que a história pode estudar o tempo no momento atual e a geografia pode estudar o espaço a partir de tempos passados.

Como se percebe, Corrêa (2016) utiliza frequentemente o termo organização espacial nas suas colocações. Assim, a partir de uma interpretação do seu texto, compreende-se que: a organização espacial traduz a ação humana ao longo do tempo, enquanto consequência do trabalho e da divisão deste; o espaço geográfico é entendido como espaço social, espaço vivido e, dialeticamente, produzido pelas diversas práticas sociais e culturais; a produção do espaço é resultado da ação do homem sobre a natureza.

A saber, segundo Sposito (2004), o conceito de espaço esteve durante um longo período desvinculado da noção de tempo. Ao que parece se entendia que a geografia era responsável pelos estudos espaciais e a história se preocupava efetivamente com o tempo. Contudo, os avanços científicos fizeram com que o espaço fosse bem considerado pela história e o tempo assim também o fosse pela geografia.

Na análise de Santos (1986), o espaço é estimado como um conjunto de ações desenvolvido por meio de formas e funções dadas por processos e estruturas sociais. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediada pelos objetos naturais e artificiais. Por sua vez, as formas são entendidas como *rugosidades* que contam sobre tempo passado e presente, com potencialidades para o futuro. Nesse ponto, a técnica é importante à análise, pois é através das técnicas que o homem produz e transforma, de acordo com suas necessidades e anseios, os seus espaços de vida. Ademais, entende-se que novas necessidades e desejos conduzem o surgimento de novas técnicas e de novas formas de organização espacial.

De acordo com Santos (2008), forma, função, estrutura e processo são categorias essenciais para o entendimento da atual organização do espaço geográfico, seja local, seja global. São quatro termos disjuntivos, contudo associados. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais do mundo. Considerados em conjunto, porém, eles podem construir uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais.

Em seu estudo “Da totalidade ao lugar”, Santos (2008) chama a atenção para o fato de que a geografia tem se preocupado mais com as formas do que com a formação do espaço. Com isso, convoca os geógrafos para que atentem com maior empenho para a ideia de formação social do espaço. Sem dúvida, é indiscutível que nos estudos deste autor há uma consideração ressonante à relação espaço-tempo. Em todo caso, é consenso na geografia que precisamos avançar na discussão que relaciona espaço e tempo. O entendimento da vida, da vida em sociedade, das constituições históricas e culturais parecem requerer um exame constante da teoria e da metodologia geográfica, o que é significativamente interessante para o avanço da geografia científica.

No cenário posto, ganham expressão os estudos empíricos sobre lugares e paisagens diversas, instâncias reveladoras de um mundo estruturado em novas políticas de espacialidade (MASSEY, 2008). A circulação crescente de informações e imagens, bem como a sensação de encurtamento das distâncias físicas diz bem desse momento.

Com efeito, a relação espaço-tempo é considerada nos estudos geográficos de diferentes modos, às vezes “[...] destacam-se os processos históricos, ora os relacionais, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais” (SAQUET, 2006 p. 74). Evidenciam-se, com isso, relações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Mais uma vez Massey (2008) nos ajuda a pensar a geografia, quando propõe que as análises geográficas não se atenham ao espaço unicamente. Em outras palavras, a autora fala do espaço como tempo, e não de um espaço que tem o tempo lançado como segundo plano. Como preconizado, o mais sensato, no atual momento da ciência geográfica, seria inter-relacionar espaço e tempo a fim de se aproximar, de fato, da realidade, promovendo, por ora, um alargamento do debate. Na somatória, a autora fala do espaço como produto das práticas espaciais.

Massey argumenta sobre o perigo de se cristalizar o espaço na tentativa de representação da vida, quando ele é a própria vida. De acordo com a autora, essa cristalização acabaria por tornar os estudos referentes ao espaço em uma grande narrativa geográfica voltada para uma estrutura “diacronia-história-tempo/sincronia-geografia-espaço”. Além do mais, ela lança a provocação de que os

mapas têm demonstrado o espaço como uma superfície plana e pronta para ser atravessada, como algo que está acabado, ao mesmo tempo em que auxilia a quem está lendo-os a pensar em outras possibilidades de encontrar os lugares do mundo por meio de tempos imaginativos e conteúdos político-ideológicos.

Ao produzir a vida, as pessoas produzem espaço e o espaço permite a reprodução da vida. Esse é um pensamento que permeia toda a obra de Massey. Contudo, este é um pensamento aparentemente aceito pela teoria geográfica como um todo, como também o é o argumento de que o espaço é permeado por trajetórias, por movimento e constante construção de si e do outro, o que está, sensivelmente, relacionado com o surgimento dos lugares.

Na opinião de Massey (2008), lugares podem ser vistos não somente como áreas ou pontos em mapas, mas também como integrações de espaço e tempo, como casualidades espaço-temporais. Esta é uma compreensão de *lugar como um todo* (um sentido amplo de lugar), como a narração de uma história, em desenvolvimento, como um acontecimento dentro das formas de poder e como o desenvolvimento de uma atividade que ainda não teve fim.

Para voltarmos ao *espaço e tempo*, acrescido da noção de mundo – como interesse do geógrafo, e sem aqui se preocupar com a ordem destes termos –, retornamos às ideias de Santos (1997), quando este valoriza tal tema, tornando-o central à investigação geográfica, qualquer que seja ela. Assim, sendo, podemos inferir que na análise deste autor é cabal a consideração da realização da sociedade, e que essa “dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 1997, p. 42).

Dois eixos são propostos por Santos no tocante ao estudo do tempo em geografia: a) tempo histórico (diacrônico); b) tempo das coexistências (sincrônico). Efetivamente, entender as diferentes territorialidades desenvolvidas pelo homem significa estudar, de algum modo, o tempo por essas duas qualificações, tempos que também são usados pelo homem.

Por ora, nos reportaremos ao espaço e tempo do lugar, como uma obra sociocultural e repleta de memória.

2.2. O lugar como tecido sociocultural: espaço e memória

Ao longo do tempo com a evolução do pensamento geográfico, estudiosos empreendem esforços na tentativa de conceituar o *lugar*, um entendimento que implica grande esforço à ciência geográfica e à nossa vida. Aqui o nosso esforço recai em teorizá-lo como um *tecido* sociocultural, uma obra carregada de anseios e memórias humanas que dão conta de existências interpretáveis no espaço e no tempo.

Tais estudos não se limitam a um processo tão somente cronológico do lugar, nem muito menos como algo simplesmente calculável em mapeamentos, mas como um constructo geo-histórico, passível de periodização, localizado, sentido e comunicado. Seemann (2003) por sua vez, fala de um lugar no qual os homens, situados, podem criar novas geografias, tecer relações com outros espaços e pessoas e marcar ali as suas identidades, sempre estáveis, como mostra a história. Neste ensejo, o autor defende que as experiências sociais transcorridas na vida são pertencentes à natureza espacial e o lugar é uma dessas experiências.

O lugar desponta, assim como um desafio constante de estruturação da memória, ofício humano que se faz pelas práticas diárias, que vão desde o *sentir-se em casa* até as relações de conflito, propiciando a consideração de que o lugar também pode ser visto como um território social: lugar-território que faz pesar os tempos passados, presentes e futuros, mesmo que estes sejam realidades de difícil acesso quando pensados simultaneamente.

Estudos da geografia humanista, a contar da década de 1970, apresentam contribuições relevantes ao entendimento do espaço geográfico que é o lugar, um espaço tão transcendental quanto provocante à vida memorial, seja a memória individual ou a memória coletiva.

Ao que se sabe, a memória é uma componente sempre seletiva da qual lança mão o homem. À bem da verdade, até os nossos lugares de vida são seletivos. Não vivemos tudo, não nos lembramos de tudo, selecionamos estímulos, representações, fazemos escolhas, conscientes ou não. Como afirma Santos (2008), a memória é sem dúvida um elemento fundamental para o viver humano,

imprescindível à conservação e a continuidade da sociedade, funcionando como base mais ou menos coesa de estruturação da vida.

Cada ser humano ou cada coletividade humana provém de um tipo distinto de elemento do mesmo espaço, sendo este homem, o autor deste espaço, esse espaço não é fantasioso é uma representação perceptiva do ambiente que o rodeia, parte de suas experiências, sendo tão concreto quanto a si mesmo (NOGUEIRA, 1995).

Não só no campo da geografia, mas em tantos outros a definição de lugar é explorada a muito tempo, uma das explicações mais arcaicas provém do filósofo grego Aristóteles o qual, declara em seus estudos que o lugar é o limite do corpo. Tempos depois Descartes aprimora a noção de lugar que Aristóteles propõe e contribui afirmando que além de limitar o corpo, também delimita em similitude oposição de outros corpos do meio (RIBEIRO, 1993).

A consideração da geografia humanística é de que lugar provém de uma consequência da prática humana, mas seguido o geógrafo Tuan (1983) a partir do momento que o espaço vem a ser totalmente familiarizado passa a ser um lugar. A reflexão que aborda a captura de imagens por atuações, aponta um sentido de lugar em sua percepção, absorve características peculiares, sejam elas de pertencimento, afetivas, simbólicas e que se dissipam de uma teia da geografia.

Perante o que Silva (2015) discute nossa estrutura física está intimamente ligada ao espaço, nos auxilia como indicador para todo processo de direção espacial. Foram colhidas observações espaciais para uma fixação e base da memória. Os espaços são como âncoras que firmam as lembranças. As experiências espaciais são vivenciadas de maneira muito íntima, estando relacionadas a experimentações do corpo.

A definição de lugar elevou-se para o conceito chave no entendimento de sentimentos espaciais, incluindo as experiências do cotidiano, a partir do momento em que a filosofia influencia diretamente a geografia humanística, trazendo para a geografia fundamentos clássicos da fenomenologia, onde muitos autores puderam se expressar nesse âmbito, sendo que o geógrafo chinês Yi-fu Tuan um dos estudiosos em destaque na temática (SILVA, 2015).

A memória, sob perspectiva geográfica, apresenta *insights* positivos. Contudo, também pode trazer formas não proveitosas. Sendo assim, indagamos, em relação à história, se esta pode ter sido apresentada a partir de manifestações de grupos sociais dominantes, os quais almejavam passar uma imagem favorável de si próprios, assegurando ao povo que os meios de produção do território praticados no passado eram proveitosas para quem fazia parte dele.

Sendo assim, é imprescindível averiguar a influência da memória dos discursos de outrora que auxilia como ferramenta de apoio como método de apoio na administração de um determinado espaço. Analisa-se a utilidade das lembranças coletivas fundadas com o propósito de controle da localidade por categorias dominantes, as quais procuram apossar-se das personificações e representações desenvolvidas a respeito do espaço apropriado por eles (FLÁVIO, 2013).

De acordo com Martins (1992), a história que conhecemos, aparentemente, foi escrita do território central para a periferia, discursiva que a periferia por vezes desaparece ou excepcionalmente é vista nos documentos oficiais históricos do Brasil.

Flávio (2013) ressalta que perante o anunciado no que se menciona às pesquisas territoriais, consideramos que compete à geografia desenvolver estudos e conhecimentos que venha a ser hábil a “desenterrar” territórios de memória, propiciando momentos e locais fidedignos, desvendando as ações do homem em seu meio.

2.2.1. A ideia de lugar para a geografia

O estudo sobre a identificação de um Lugar teve um período de mudança no decorrer dos anos, com o processo das variadas correntes teóricas da Geografia. O lugar tem início como referência locacional e passa a ser retratado como tipo de estudo fundamental da disciplina, o que há pouco tempo foi estabelecido com as análises da chamada geografia humanista. Esta, por sua vez, desenvolve uma visão acentuada e emaranhada das relações que os sujeitos estabelecem com os seus espaços de vivência.

Assim, o lugar é considerado como *lócus* do indivíduo que o edifica ou o cria, ao mesmo tempo em que se fundamenta, relacionando com o universo e com a coletividade do corpo social.

No presente estudo destacaremos também o empenho realizado pela geografia crítica, campo que se inquieta com a inserção do lugar e do sujeito no mundo globalizado, sem perder de vista a característica que o lugar apresenta ante a homogeneidade do universo. Essa corrente traz uma abordagem dialética da homogeneidade / singularidade, acrescentando um novo elemento à leitura do lugar.

A iniciação da interpretação do lugar na Geografia como localização pode estar estritamente vinculada à própria etimologia e a significância do termo em tela, pois *lugar* advém do latim *locális*, de *locus*, que dá desígnio ao espaço ocupado, localidade, posição. Igualmente pode significar “povoação, localidade, lugar e país” (SANTOS, 2008).

Na Geografia, o significado do conceito de lugar depende principalmente da interpretação dada pelas variadas correntes teóricas. É necessário considerar que elas advêm de acontecimentos históricos e de fundamentos filosóficos diferentes, correspondentes, de forma ampla, aos modos em que os homens se relacionarem entre si e com o ambiente social que convivem.

Deste modo, o conceito de lugar foi utilizado sem detalhamento e relacionado ao lugar por La Blache e Sauer, mas foi com a Geografia Humanista, a partir da década de 70, que ele foi reconhecido como um conceito-chave (FERREIRA, 2000).

Souza (2013) discute em seu texto *O lugar e a (re[s])significação espacial* o conceito de lugar. A perspectiva do conceito de lugar que interessa o autor é “espaço percebido e vivido”. Trabalhando com uma crítica à supervalorização do lugar, que o tornou *geograficamente vago* do ponto de vista conceitual, Souza dialoga com uma bibliografia internacional relevante e discute, além de lugar, as ideias de “lugarização”, “deslugarização”, “relugarização”, fazendo críticas à ideia de “não-lugar”. Questiona-se, também, se o lugar pode ser tratado em diversas escalas ou se podemos falar de “diferentes níveis de lugaridade” posição pela qual o autor argumenta favoravelmente.

Seguindo este enfoque, Oliveira (2012, p.15) destaca que “o lugar na geografia, desde o início da geografia humanista, foi sempre a essência propriamente dita da ciência geográfica”. Para a autora, refletir sobre o lugar é refletir seu sentido na geografia. As dimensões significativas do lugar, que na realidade é o sentido que se atribui a este ou àquele (o meu, o seu ou nosso lugar), são pensadas em termos geográficos a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações da vida.

Outros autores cruciais para o desenvolvimento da corrente humanista, que também destacam a relevância da vivência do sujeito para a fundamentação do conceito de lugar são Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer. O manifesto de Tuan “Geografia humanística”, publicado em 1976, propõe uma nova leitura a partir de um ponto vista humanista que procura entender o mundo por meio da relação das pessoas com a natureza salientando os sentimentos e ideias a respeito do espaço e lugar.

Buttimer (1982) endossou o movimento com a publicação do artigo *Aprendendo o dinamismo do mundo vivido*, onde sugere uma “atitude fenomenológica” que inclua as noções de intencionalidade e mundo vivido, próprias da fenomenologia e do existencialismo, para serem utilizadas pela Geografia.

Mas, o que mais pensam esses autores sobre o lugar? Os dois partem da diferenciação entre espaço e lugar para explicar a especificidade do último conceito em relação ao primeiro. Buttimer (1982, p. 180) destaca o “sentido de lugar” citando os trabalhos dos geógrafos franceses do início do século XX. Para ela, o “gênero de vida”, conceito elaborado por La Blache, influenciou e foi influenciado, posteriormente, pelo sentido que o conceito de lugar adquiriu ao longo do tempo. Mesmo as mudanças tecnológicas que abriram os horizontes das pessoas para relações mais amplas não “solaparam o sentido de lugar”.

Para Buttimer (1982, p.167), sob o ponto de vista do lugar, o mundo vivido pode ser compreendido “como uma tensão (orquestração) de forças estabilizantes e inovativas”. A mudança de ritmo dentre as diferentes escalas é expressa pelo relacionamento do corpo com o mundo e “pode ser vista como protótipo do relacionamento entre lugares e espaço, lar e amplitude na experiência do mundo” (BUTTIMER, 1982, p. 169). Na relação rotineira, o indivíduo vive numa busca constante pela ordem, pelo hábito cotidiano, ao mesmo tempo em que se lança em busca da aventura e do movimento.

Desta forma, os autores humanistas redespertaram, portanto, o interesse pelo lugar nos estudos geográficos. Seguindo uma atitude fenomenológica, referem-se ao conceito como uma experiência vivida no espaço, considerando os fatores subjetivos do indivíduo vivenciados a partir de uma base material e da relação com outros sujeitos.

Propõem uma visão intersubjetiva, explicitada por Buttimer como o diálogo entre indivíduo e o mundo vivido. O lugar é então, na corrente humanista, um conceito central gerador de significados geográficos em constante relação com o espaço. A partir das ideias humanistas, surgem também críticas e novas interpretações sobre o mesmo.

Para Tuan (1975) o lugar tem muitos significados que são atribuídos pelas pessoas e traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos do que racionais e objetivos: uma praça ou uma rua onde se brinca desde a sua infância, o alto de um morro de onde se observa a cidade. Essa compreensão de lugar é também compartilhada por Ferreira (2000), na qual o lugar está ligado ao contexto das ações e a eventos humanos e, está muito mais relacionado ao subjetivo que ao objetivo.

O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam às diferentes formas de perceber e fazer parte da paisagem e do espaço geográfico. Trata-se, na realidade, de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo da vida a convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, ou seja, houve um profundo envolvimento com o espaço para adquirir tal pertencimento.

A experiência de lugar abrange ainda diferentes escalas. Para Santos (2006, p. 212) “os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”. Nas palavras de Buttimer (1985, p. 178), “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”.

Então os indivíduos são capazes de desenvolver as referências de vários lugares afetivos à medida que adquirem experiências em localidades espaciais diferentes em viagens ou atividades desenvolvidas diariamente. Assim, o lugar

também pode ser concebido enquanto memória, pois com a mobilidade, o lugar é passível de se tornar algo como um quadro de vida (SANTOS, 2006).

Carlos (2007, p. 14) assegura que — “o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o *viver* e o *habitar*, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”. Alguns autores mencionam que a metrópole não é “lugar”, pois ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria à discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais estreitas.

É certamente um espaço discutido por alguns autores que trazem a história do indivíduo responsável pela produção de um espaço que a ele se imbrica. As obras podem trazer também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação. Carlos (2007, p. 20) destaca que “uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno”.

A despeito da ideia anterior, é por buscar uma leitura capaz de inserir as singularidades do lugar na condição pós-moderna que Massey (2012, p. 2) aponta um novo sentido sobre o conceito. Faz uma crítica ao que ela chama de “visão romântica” que julga a identidade como algo que nasce do solo dos lugares e não da relação que o mesmo mantém com o resto do mundo. “Um lugar não é uma coisa fechada, com uma identidade essencial, é uma articulação específica de relações globais, e é esta articulação de relações mais amplas que apresenta a sua particularidade”. A autora também enfatiza que a especificidade do lugar é algo que está sempre em constante disputa de forças e que pode servir como uma base de resistência contra as injustiças geradas pelo capitalismo neoliberal.

Segundo Massey (2008), o lugar não é entendido, como normalmente se encontra nos discursos contrários à globalização, como uma vítima de processos globais, mas como também implicado nos processos de produção do mundo. Assim, é preciso contextualizá-lo no quadro das geometrias de poder globais, em que cada lugar ocupa posição diferenciada, antes de sair em defesa do local contra o global.

Dizer que o local participa da construção do global significa que políticas locais referendam as políticas e práticas produzidas pelos agentes da globalização. Não se pode defender o local contra o global simplesmente, mas procurar alterar os

efeitos e mecanismos do próprio global localmente. Essa é uma questão da responsabilidade do local pelo global. Mas, tanto as possibilidades de intervenção quanto sua natureza e potencial variam também de acordo com a posição relacional de cada lugar.

Levar a sério a construção relacional de espaço e lugar significa considerar o contexto em que as relações ocorrem para aí sim se pensar nas desiguais articulações de cada lugar, em particular dentro das geometrias de poder. Não há regra única a ser seguida.

Enquanto espaço é liberdade, conceito mais abstrato, lugar é segurança, dotado de valor concreto, “é a pausa no movimento que torna possível que a localização se transforme em lugar” (TUAN, 2011, p. 6). O autor acrescenta a dimensão do tempo na compreensão do mundo vivido como componente básico e indissociável do espaço no âmbito da experiência humana. “O tempo ilusório é ancorado no espaço, e o espaço é ancorado na realidade mais tangível do lugar” (TUAN, 2011, p.7).

Também é preciso tempo para adquirir-se um sentido de lugar. Para Tuan, quanto mais tempo vive-se em um lugar melhor, mais profunda e significativa será a experiência, pois o passado é um elemento fundamental na constituição do apego.

Em várias passagens, o autor alerta para o fato de que a experiência constitui os lugares, e o faz em escalas diversas: lar como vivência primeira, cidade como centro de símbolos significantes, bem como os bairros, as regiões e o Estado-Nação. Todavia, à medida que a escala muda (saindo do lar para a Nação) o indivíduo perde, progressivamente, o relacionamento direto com o espaço, remetendo para uma compreensão mais fragmentada.

Valorizando desta maneira a individualidade do sujeito, David Lowenthal também integra o arcabouço humanista, quando numa de suas publicações datada de (1961, p. 255) descreve as “geografias pessoais”, defendendo que qualquer pessoa que examine e vivencie o mundo ao redor de si é de algum modo, um geógrafo. O lugar para ele, “é uma visão compartilhada do mundo”, presente em todas as geografias pessoais.

O autor utiliza a expressão *terra cónita* pessoal como sendo “distinta do domínio compartilhado de conhecimento. É muito mais localizada e restrita no espaço e no tempo particulares do mundo, nem sempre são incorporadas na imagem geral”. Ele exemplifica ao dizer que sabemos muito pouco da terra como um todo e de suas partes mais amplas, embora saibamos muito sobre a “delgada fração do globo” na qual vivemos. A experiência do indivíduo é essencial para entender aspectos do lugar que ninguém, que não o tenha vivenciado pessoalmente, poderia saber.

De acordo com a ideia deste autor, que foi um dos pioneiros a tratar da questão da memória na geografia, a experiência humana tem seus reflexos na imagem que fazemos do espaço. Ele observa que nossa personalidade é, em grande parte, formada na infância. Compreende, deste modo, que o indivíduo adulto é cativo de sua própria biografia e que a imagem que este faz do ambiente é resultado de suas experiências passadas. “Todos veem o mundo como foi no passado, refletido no espelho retardante de suas memórias” (LOWENTHAL, 1961).

Essa influência do passado na percepção do presente independeria de nossa consciência desse processo. Mas Lowenthal (1961) não deixa de reparar que mesmo nosso pensamento racional e abstrato é, também, um resultado de nossa memória. “Tudo que sei sobre a América hoje é parte de uma memória do que eu já pensei sobre este país” (LOWENTHAL, 1961, p. 259). Também compreende o caráter coletivo da memória e defende que perspectivas culturais também incorporam o passado. O autor pensa a paisagem como um sistema mnemônico que retém a história e os ideais de grupo.

Pode-se, portanto, reparar que o autor, ao abordar a memória também lança mão da metáfora do espelho para ilustrar esse armazenamento das experiências espaciais passadas. Também se pode destacar que a memória é vista pelo autor em questão como um fenômeno subjetivo, mas que está intimamente ligado com a formação do pensamento racional.

Yi-Fu Tuan (2008) também parte da compreensão da experiência humana e observa que esta é composta de sensações e pensamentos. O geógrafo destaca que as sensações humanas não são uma sucessão de sensações discretas, mas tanto a memória quanto a capacidade de antecipação que esta propicia são capazes de controlar impactos sensórios numa corrente alternante de experiências de forma

que podemos falar de uma vida de sensações assim como falamos de uma vida de pensamentos.

Tuan (2008) integra-se à fenomenologia e, assim como outros autores, como Heidegger e Bachelard, observa a importância do lar como um espaço de intimidade, de cuidado, onde o homem deposita uma série de experiências vividas. Também valoriza a infância como o momento da vida em que estamos mais propensos a adquirir percepções e desenhar nossa personalidade. E destaca o homem vivido e sua relação com o espaço, seja através de uma relação de habitação num lar ou nos lugares de seu convívio, seja através de nossas relações de trabalho por meio das habilidades adquiridas.

2.2.2. Lugar e memória

O estudo da memória é um florescente campo de investigação baseado em várias disciplinas de ciências sociais, artes e humanidades, incluindo geografia, estudos de paisagem, sociologia, estudos culturais, estudos de mídia, estudos patrimoniais e museológicos, estudos de cinema, psicologia e história.

O lançamento por parte de Sage da revista *Memory Studies*, em 2008, abriu o caminho para o campo emergente dos estudos de memória como particularmente relevantes para o século XXI, à medida que os estudiosos refletem e avaliam vidas humanas, histórias e posições geográficas no pós-colonial, pós-industrial (ou novo industrial), globalizando culturas / economias em uma era de ecocídio (GUATTARI, 2000). Dentro deste campo tem havido, com toda a razão, um foco nos traumas da história moderna (tráfico de escravos, colonialismos, genocídios, conflito militar) e um foco nas memórias coletivas, públicas e sociais nesses e em outros contextos.

No entanto, dado o papel fundamental da memória no indivíduo, família e outros pequenos coletivos, e os aspectos sempre presentes do espaço, paisagem e lugar dentro das memórias destes (e vice-versa), há uma sensação de que essas dinâmicas de menor escala para a geografia e para a memória permanecem sub-representadas e menos consideradas nos estudos de memória, geografia e outras disciplinas.

Ao atender a essa questão, este tópico abre para análise as muitas subáreas específicas que merecem uma exploração mais focada em termos teóricos e substantivos: como as geografias de diferentes tipos de práticas de memória e como elas estão ligadas a questões como meio ambiente, sustentabilidade, mobilidade, envelhecimento, moradia, conservação, lugar, guerra, resiliência, regeneração e globalidade.

A memória, assim, está intimamente ligada às vivências de uma pessoa em lugares, sendo estes lugares como um pedaço de cada ser. Pessoas vão à lugares para se lembrarem de determinada situação que sentem falta, assim um está vinculado ao outro; como a lembrança do lugar onde se brincava com os amigos, a primeira escola em que estudou ou então o bairro em que morou quando se era criança, o lugar sempre remeterá coisas boas.

2.3. O bairro como escala espacial de vivência

A porção do território chamada “Bairro” é onde a prática cotidiana da vida ocorre. São unidades geográficas essenciais para a vida das pessoas - as pessoas conectam esses ambientes vivos à sua identidade e, assim, os bairros se tornam pessoalmente significativos. Por esses motivos, alguns textos apresentam bairros baseados nas atividades, restaurantes ou personalidades das pessoas habitantes.

A mídia costuma definir o contexto das notícias em um bairro. Literatura de viagens promove bairros para visitar. O *marketing* imobiliário destaca casas à venda por bairro. Essencialmente, os bairros criam e formam comunidades.

Alguns grupos de moradores compartilham as mesmas experiências. Eles sofrem ou se divertem com a disponibilidade e a qualidade de moradias, escolas, empregos, empresas, serviços de saúde e serviços humanos locais. Eles experimentam os efeitos do crime que ocorre dentro dos limites do bairro.

Os bairros criam o cenário para as histórias de vida das pessoas. Eles deixam impressões duradouras sobre os moradores sobre como é a vida e que problemas sociais existem em uma comunidade viva. Como os bairros desempenham um papel tão importante na formação de redes sociais e comunitárias, muitos estudos analisam os problemas sociais em relação aos bairros onde ocorrem.

Em particular, os estudos sobre crime usam o conceito de bairro para ajudar a entender por que o crime ocorre em alguns espaços, mas não em outros. Muitos desses estudos, no entanto, usaram principalmente uma perspectiva sociológica do bairro, que não leva em conta aspectos geográficos da área.

A geografia do bairro fornece uma estrutura dentro da qual é possível observar e analisar os problemas que ocorrem. Com uma estrutura geográfica, o bairro torna-se o ponto focal para residentes, empresas, visitantes e o governo tomarem medidas e resolverem problemas usando soluções imediatas e práticas.

É possível afirmar que o bairro atravessa o tempo, e no decorrer de cada momento histórico, vê-se revelando o próprio movimento do mundo. O Bairro acompanha a humanidade, convidando-a a participar de uma grande fonte de informações a respeito do vivido. A partir de gestos, olhares e rostos, o entendimento de como uma sociedade pode se organizar com costumes e hábitos variados, criando entre o homem e o urbano, caminhos permitindo um melhor entendimento de seus significados e valores.

O bairro, enquanto manifestação da vida, se adequa a inúmeras descrições, pois nele estão presentes as manifestações da emoção humana. Santos (2006) diz que eles são espaços onde se desenvolvem os dramas e representações da sociedade. São territórios de ninguém e de todo mundo. Os bairros, como lugares de memória, produzem infinitas sensações. Da íntima relação cidade/bairro surge uma determinação e um envolvimento tal, que, para uma cidade, os bairros tornam-se fundamentos de sua sobrevivência.

Sousa (1987) ressalta que os elementos físicos e os laços afetivos estão intimamente ligados à população do bairro, conforme podemos ver a seguir:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “Sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas de posição geográfica, mas também de intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico [...] O que é bairro? Perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: Bairro é uma naçãozinha- entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando certa unidade diferente das outras (1987, p. 57-65).

O bairro, por ser local de permanência, e não raro distante do centro da cidade, precisa ser um espaço de certa autonomia – no sentido de dar base ao devir

cotidiano. Esta autonomia está ligada, principalmente, às características da mobilidade (não só na qualidade das redes, mas, nas causas do movimento, na sua necessidade) e nas possibilidades que a configuração espacial do bairro oferece para aqueles que ali permanecem.

2.4. Direcionamentos sobre o método fenomenológico

A fenomenologia pode ser entendida como uma metodologia importante para compreender a experiência nos mais variados campos profissionais. Vista como uma abordagem mais apropriada para compreender o mundo vivido - em oposição ao método cartesiano, que privilegia o foco no objeto em estudo a partir de uma postura pseudo-neutra e estritamente objetiva - esta abordagem parece mais capaz de lidar com questões humanas ao acrescentar novas perspectivas e ampliando nosso conhecimento.

Critelli (1995) descreve isso em termos de dois paradigmas opostos. A abordagem fenomenológica introduz a questão da perspectiva, que aponta para o caráter mutável e relativo da verdade. Por outro lado, no pensamento metafísico presume-se que a verdade é única, estável e absoluta, e assim é o caminho para alcançá-la.

A fenomenologia como discutida por Husserl (2000) é um retorno ao mundo vivido, o mundo da experiência, que, como ele vê, é o ponto de partida de toda a ciência. A fenomenologia propõe que um fenômeno seja descrito em vez de ser explicado ou ter suas relações causais buscadas, e se concentra nas mesmas coisas que se manifestam.

Concentrar-se nas próprias coisas significa voltar-se para o mundo da experiência, levando em conta que, diante de qualquer realidade objetiva, há um sujeito que experimenta; antes de qualquer objetividade, existe um mundo pré-determinado e, antes de qualquer conhecimento, há uma vida na qual ele se baseia. Isso significa que qualquer conhecimento tem sua origem na experiência, que é pré-reflexiva (DARTIGUES, 1973).

A fenomenologia surgiu no final do século XIX para resolver simultaneamente uma crise na filosofia, uma crise nas ciências humanas e uma pura e simples crise nas ciências, quando o positivismo era incapaz de responder às perguntas feitas às ciências humanas (PONTY, 2002).

O que Husserl criticou nas ciências positivistas, principalmente na psicologia, foi o empréstimo dos métodos das ciências naturais e sua aplicação sem perceber que seu objetivo era diferente. Dilthey já havia se preocupado com isso dizendo que o "sentido da vida" tinha de ser devolvido, e isso era mais fundamental do que os dados da ciência, segundo Dartigues (1973).

O método fenomenológico, segundo Giorgi (1985), começa descrevendo uma situação vivenciada no cotidiano. Ela vem de uma posição anterior ao pensamento reflexivo chamado pensamento pré-reflexivo, que consiste em um "retorno às próprias coisas". Um pesquisador obtém descrições de tudo o que há na frente dos olhos de uma pessoa e não da existência daquela coisa.

Nesse momento, é importante que o pesquisador mantenha uma postura fenomenológica que lhe permita manter-se o suficiente para viver essa experiência como uma Gestalt, ou seja, em sua inteireza, tentando impedir que qualquer julgamento interfira na sua abertura à descrição. O pesquisador tenta deixar de lado qualquer pensamento prévio, concepção, julgamento que eles possam ter sobre o fenômeno. Ao fazer isso, estará colocando esse fenômeno no *epoché*, que é a atitude de não aceitar nem negar uma determinada proposição.

Trabalhando com a descrição do fenômeno, o pesquisador se concentra na busca de sua essência e, as partes mais invariáveis dessa experiência, tanto quanto ela, estão localizadas dentro de um contexto.

A fenomenologia é uma escola de pensamento que "dá uma descrição direta de nossa experiência como ela é, sem levar em conta sua origem psicológica e as explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo podem ser capazes de fornecer" (PONTY, 2002 p. 7).

Os geógrafos há algum tempo se interessam pela fenomenologia. Isso pode ser visto com maior evidência nas geografias humanistas das décadas de 1970 e 1980. Aqui, a fenomenologia, juntamente com uma série de outras abordagens "humanísticas", ofereceu uma alternativa à racionalidade científica positivista,

desenvolvendo as "ideias e linguagens para descrever e explicar a experiência humana da natureza, espaço e tempo" (BUTTIMER, 1976 p. 278).

Esse envolvimento com a fenomenologia estava sujeito a uma série de críticas em torno de sua incapacidade argumentada de comentar sobre a manipulação das pessoas por forças sociais objetivas (SMITH, 1979), etnocentrismo (BONNET, 1999) e masculinidade estética (ROSE, 1993).

O termo pós-fenomenologia primeiro ganhou destaque através do trabalho do filósofo da ciência e tecnologia Don Ihde (2003). Ainda de acordo com o estudo de Ihde (2003) a pós-fenomenologia é uma tentativa de escapar da natureza centrada no sujeito do pensamento fenomenológico clássico e, especificamente, do sujeito transcendental ou do ego encontrado em Husserl.

Finalmente, houve uma reconsideração de nossas relações com a alteridade à luz desses pontos (WYLIE, 2009; ROSE, 2010), tomando a alteridade como central para a constituição da experiência fenomenológica, dado nosso ser irreduzível - com o mundo. Nestes termos, Lea (2009, p. 374) argumenta que a pós-fenomenologia "tem o potencial de refigurar nossa compreensão da relação do corpo com o mundo".

Voltando para a fenomenologia, seu núcleo é a intencionalidade da consciência, entendida como a direção da consciência que envolve a compreensão do mundo. Essa intenção é voltada para o mundo que não inclui nem possui, mas para a qual está sempre voltada (MARTINS, 1992).

Portanto, não há consciência sem o mundo, nem existe um mundo sem consciência. Através da intencionalidade da consciência, todas as ações, gestos, hábitos e ações humanas têm um significado.

Consciência, através de tal intencionalidade, é entendida como o agente que atribui significados aos objetos. Sem esses significados, seria impossível falar sobre um objeto ou essência do objeto. Assim, a tarefa do pesquisador é analisar as experiências intencionais de consciência, a fim de perceber como o significado de um fenômeno recebe significado e chegar à sua essência.

A redução fenomenológica é o recurso fundamental que garante uma descrição confiável de um fenômeno. Essa redução ressalta o caráter intencional da consciência voltada para o mundo, uma vez que colore a realidade concebida pelo

senso comum e limpa o fenômeno de tudo o que é “não essencial” e acidental, a fim de tornar visível o essencial.

No campo da fenomenologia como método de abordagem, são os sujeitos que determinam o objeto, pois ela parte do pressuposto de que os sujeitos constituem a realidade, que é singular do próprio sujeito.

Essa é uma possibilidade metodológica muito acessada pelas ciências humanas, e dentro da geografia a fenomenologia chega à categoria da percepção, ou seja, a percepção do indivíduo em seu entorno, destacando sua subjetividade. Neste sentido, pode-se dizer que os sujeitos identificam objetos e os objetos constituem os sujeitos.

O estudo deste trabalho dissertativo abordará o *bairro* Anil, em São Luís, capital do Maranhão, não por uma área demarcada para uma simples utilização de ordem administrativa para seus habitantes, mas como uma organização do espaço de multiplicidade social numa cidade.



Rua Primeiro de Maio, Anil. Fonte: Acervo do autor (2020).

3 - O ANIL NO SÉCULO XX: ESPAÇO E MEMÓRIA TECIDOS PELO BATER DOS PANOS

3.1. As fábricas têxteis no contexto da industrialização maranhense: sobre a Fábrica de Tecidos Rio Anil

No que concerne à industrialização do estado do Maranhão, no período que abrange o final do século XIX e a primeira metade do século XX, destaca-se a cotonicultura como setor produtivo responsável pela expansão econômica, tendo concedido ao Estado a condição de pioneiro no Brasil em alguns aspectos do negócio do algodão. Em fins do século XVIII, foi o primeiro grande produtor e exportador brasileiro. Segundo Ribeiro Jr (2001), ao final do terceiro decênio do século XIX, a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”.

De acordo com Ramos (2008), a participação desse produto na exportação do estado variou entre 73% e 82%, e mesmo nos períodos de crise o algodão se manteve como o mais importante produto de exportação maranhense, até os primórdios do século XX.

O autor acima citado destaca que a partir de 1846, a cultura maranhense do algodão passou a fazer-se a custos crescentes. A importação de escravos se tornara inviável; a expansão da economia agroexportadora do café, no sudeste brasileiro, e o conseqüente aumento da demanda de mão-de-obra escrava transformaram o tráfico interno dessa força de trabalho em negócio cada vez mais atrativo para proprietários maranhenses; vender escravos era mais lucrativo que produzir algodão.

Ramos (2008) ainda salienta que um novo ânimo sobreveio com a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, de 1860 a 1865, como efeito houve o intenso aumento da demanda pelo algodão no mercado internacional, estimulando a atividade algodoeira também no Maranhão. Contudo, os norte-americanos, ao retomarem sua produção após o conflito, logo reverteram esse quadro com a melhoria da produtividade dos seus cultivos, entre outros fatores.

A lavoura algodoeira maranhense, por sua vez, entrou novamente em crise, agravada pela extinção da escravatura, em 1888, e pela força do extrativismo da borracha amazônica, que entrou na disputa pela força de trabalho ainda disponível no Maranhão.

Consoante à esta ideia, Viveiros (1957, p. 65) descreve a situação: “Para logo, cerca de 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas algodozeiras fecharam as portas”. “Por tudo isso, no próprio ano de 1888, a desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingia a 90%”.

Foi nessa época que aconteceu o que Jerônimo de Viveiros chama de “loucura industrial”. Os produtores, pressionados pela mudança do sistema de produção e pelas dificuldades na comercialização dos seus produtos, decidem investir em fábricas. Em 1895 existiam no Estado vinte e sete unidades fabris, sendo que dezessete pertencentes a sociedades anônimas, e dez a particulares. Desse total, dez fábricas de fiação e tecidos de algodão; uma de fiar algodão; uma de tecido de cânhamo; uma de tecido de lã; uma de meias; uma de fósforos; uma de chumbo e pregos; uma de calçados; uma de produtos cerâmicos; uma de pilar arroz; uma de pilar arroz e fabricar sabão; uma de sabão e duas de açúcar e aguardente.

A primeira fábrica têxtil maranhense foi inaugurada em 1883. Trata-se da Companhia Industrial do município de Caxias (Figura 4): 1.000 contos de capital, incorporado pelo Dr. Francisco Dias Carneiro, com 130 teares e 250 operários, produzindo tecidos crus e tintos. Em seguida, em 1889 era instalada a Companhia União Caxiense, investimento de 850 contos, 220 teares, com 350 empregados, produzindo tecidos crus. O Dr. Francisco Dias Carneiro também participava deste empreendimento juntamente com dois outros empresários, Antonio Joaquim Ferreira Guimarães e Manuel Correia Baima do Lago. Em Caxias ainda se instalou a Fábrica Sanharó, 150 contos, 26 teares, 60 operários; fabricava panos de algodão.

Figura 4 – Fábrica de Tecidos de Caxias



Fonte: Livro do Maranhão (1908).

Em São Luís, a primeira fábrica do gênero só se instalou em 1890; foi a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, construída na Camboa do Mato, às margens do rio Anil, com capital de 1.200 contos, 300 teares, produzindo tecidos em geral, riscados grossos e finos e fios em novelos.

De acordo com Sulva (2005), outras fábricas viriam associarem-se às fábricas pioneiras, quais sejam:

- *Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo*, em 1891, 900 contos de capital, com 105 teares e objetivo de fabricar tecidos de juta;
- *Companhia Progresso Maranhense*, em 1892, com 150 teares, 160 operários, produzindo panos de algodão;
- *Companhia Fabril Maranhense Santa Isabel*, em 1893, capital realizado de 1.700 contos, 450 teares, 600 operários, produzindo riscados e domésticos de algodão;
- *Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil*, em 1893, 1.600 contos, 172 teares, 60 máquinas de fiação e 18 de branqueamento, produzindo morins e madapolões, com 209 operários;
- *Companhia Manufatureira e Agrícola de Codó*, em 1893, capital de 1.000 contos, 150 teares, produzindo fazenda, fios e corda, com 250 operários;
- *Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton*, instalada em São Luís, em 1893, produzindo meias e tecidos para camisas, com 30 operários;
- *Companhia Industrial Maranhense*, 250 contos, 1894, destinada à manufatura de fio, punhos e linha de pesca, com 50 operários;
- *Companhia Lanifícios Maranhenses*, 600 contos, 22 teares e outros aparelhos, com o objetivo de tecer todos os produtos de lã, seda e algodão, ocupando 50 operários;

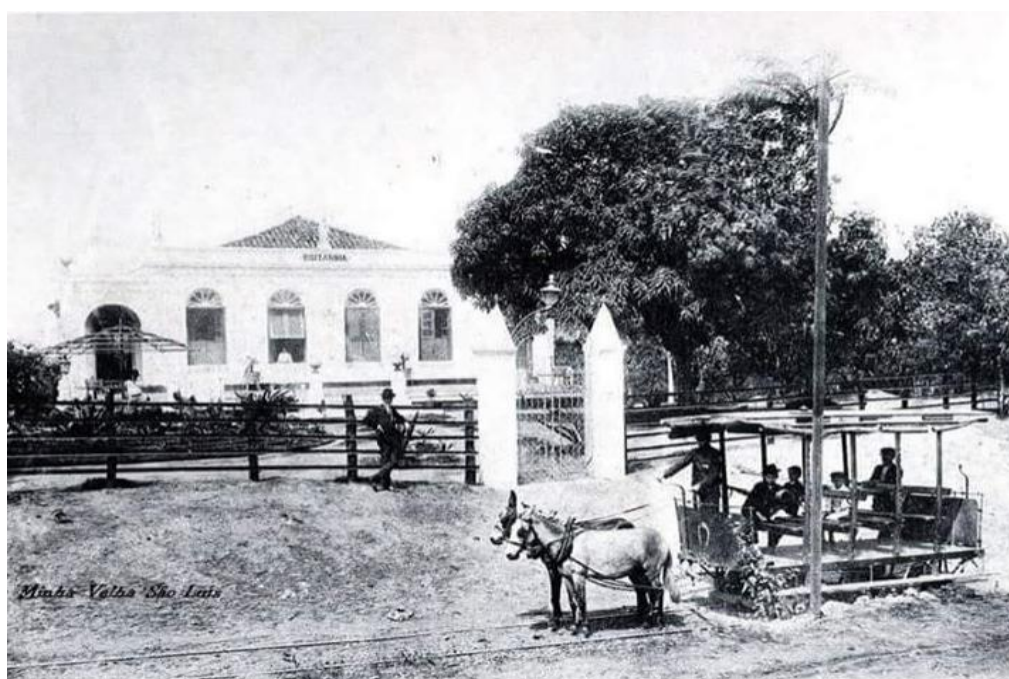
Segundo a autora supracitada, ao todo, em 1921, a indústria têxtil maranhense tinha um capital investido da ordem de 8.028 contos de réis, empregando 3.537 operários, com 2.336 teares, 71.608 fusos e uma produção estimada em 11.776 contos de réis. Entre 1921 e 1945, essa produção alcançava 4 milhões e meio de metros de tecidos, ocupando 3.871 operários.

A tecnologia e os equipamentos adotados eram de procedência inglesa; movidos a vapor, ainda operavam por volta dos anos 60 do século XX. Os teares e fusos (equipamentos internos das instalações industriais) foram utilizados até os anos 50 do século XX eram de fabricação anterior a 1900.

Uma destas importantes fábricas foi a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil. De acordo com Itapary (1995), o Anil ganhou este nome devido às características de seu principal rio, que tinha águas de coloração azulada, devido a grande quantidade de plantas de anil em suas margens. A densidade dessas plantas incentivou o projeto industrial a se instalar em suas margens uma industrialização do Anil. O processo consistia na extração das folhas e em seguida se colocavam dentro d'água para machucar e conseguir um extrato azulado, o que explica a configuração de tal toponímia. Foi a partir da instalação da Fábrica que a área que viria a ser o bairro Anil começou seu processo de transformação mais intenso.

A Figura 5 ajuda a ver o processo, em que a instalação desta Fábrica no bairro teve início o processo de crescimento demográfico e de urbanização desenfreada. Todavia, o progresso tão desejado pela sociedade traz consequências danosas para o Lugar.

Figura 5 – Estrada de ferro-carril Cutim-Anil



Fonte: Portal minha Velha São Luís ([facebook.com/minhavelhasaoluis](https://www.facebook.com/minhavelhasaoluis)). Acesso em 11/08/2019.

Antes um Lugar reconhecido por sua exuberante natureza, com a intervenção humana, aos poucos suas matas e rios foram desaparecendo em nome do “progresso”. Assim, a situação do Anil vai progredindo em direção a precariedade, suas casas e terrenos começaram a perder valor e o rio Anil começou a morrer com a poluição e assoreamento, como pode ser percebido na Figura 6.

Figura 6 – Falta de vegetação nas margens e poluição do rio Anil



Fonte: Acervo do autor (2019).

Os empresários maranhenses, Henry Airlei, Antônio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manoel José Francisco Jorge (negociantes), José Francisco de Viveiros e Jerônimo José Tavares Sobrinho (proprietário). Em 1893 foi instalada a Fábrica de Tecidos do Rio Anil, a qual tinha como objetivo a indústria têxtil, voltada para a fiação, a tecelagem e o branqueamento dos tecidos de algodão. Essa organização foi denominada de Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, e sua fundação ocorreu em 25 de setembro de 1890, sendo a sétima fábrica de tecidos a funcionar no Maranhão. O capital da firma recém-constituída era em torno de 800 contos de réis, na qual estavam representados por mais de 8.000 ações de 100 mil réis e tinha 260 acionistas na sua fundação (ITAPARY, 1995).

A primeira diretoria da Fábrica era composta por: Henry Airlie, Antônio Cardoso Pereira, Ten. Cel. Francisco Xavier de Carvalho, Dr. José Francisco de Viveiros, Manoel José Francisco Jorge, Jerônimo José Tavares Sobrinho, Diretos,

Hermenegildo Jansen Ferreira, Antônio Leonardo Gomes, José Gonçalves Fontes Júnior, Comissão Fiscal, Firmino da Cunha Santos, Antônio José Tavares, Adriano de Brito Pereira - suplentes da Diretoria.

Nesta época o Brasil se encontrava em uma crise econômica. Todavia, o país tinha criado uma política de proteção às indústrias, com o processo de alíquotas alfandegárias sobre importações de produtos. A Fábrica rio Anil se beneficiou de sua instalação nas proximidades do rio Anil, devido às águas deste rio apresentarem boas condições de navegabilidade, tendo em vista o fato de que, mesmo diante de um bom desenvolvimento urbano, São Luís ainda utilizava bastante o comércio aquático. Outro fator foi o rio permitir condição básica para Fábrica obter seus recursos hídricos para disposição do funcionamento e utilização das máquinas fabris na sua produção de tecidos. Todas as fábricas instaladas no Maranhão sempre direcionavam suas produções para um determinado tipo de tecido, aquele no qual pudessem ter mais lucro. Este fato vai ser descrito por Melo (1990, p.39):

O que se verificou na prática, talvez para atenuar os confrontos e concorrência internos, foi o estabelecimento paulatino de uma tendência individual em direcionar a produção predominantemente, para um determinado tipo de tecido, embora não possa afirmar o uso da exclusividade. A companhia de Fiação e tecidos Rio Anil, por exemplo, dedicava aproximadamente, 90% de sua produção à Fábrica de Morins; A Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense tinha, nos Tecidos de Algodão cru e sacaria, o grosso de sua produção; A Companhia Fabril Maranhense orientava-se, mas para os tecidos Tintos, e assim por diante.

Gomes (1988) ressalta que o trabalho de construção da Fábrica foi interrompido pelo major Francisco da Costa Fernandes, vizinho da mesma, por uma ação judicial na qual ele alegou que a Fábrica estava invadindo suas terras. O major Fernandes ganhou a causa e os proprietários da Fábrica, cujas ruínas da residência está representada na Figura 7, foram obrigados a pagar o valor de seis contos de réis pelas terras utilizadas indevidamente.

A construção do edifício da Fábrica Rio Anil (com 97 metros de frente e 103 metros de fundo, no total de área de 9.991 metros quadrados), onde o mesmo já apresentava o assentamento dos motores, máquinas e transmissões, sendo que isso ficava em responsabilidade dos engenheiros ingleses que foram contratados pelos donos da Companhia. Segundo Joaquim Itapary (1995), a *Rio Anil* foi das

unidades fabris do Maranhão que recebeu um maior investimento dos seus proprietários, por isso a contratação de muitos ingleses.

Figura 7 – Ruínas da residência de proprietários da Fábrica Rio Anil (início da Vila Anil)



Fonte: Acervo do autor (2018).

A construção da Fábrica Rio Anil foi feita a partir de cal, tijolo e alvenaria, com pavimento em cimento sobre pedra britada, o erguimento do teto com estruturas de ferro, firmado em blocos de concreto ciclópico, coberto com telhas de cerâmica fabricadas em Marselha na França. Para as máquinas motoras era preciso ter um “chão de fábrica” que suportasse bem o lençol freático. Desta forma foram construídas paredes com dois metros e meio de espessura com argamassas de cimento, assim evitando infiltrações de água na Fábrica.

No subsolo de todo o prédio foram instalados canos para escoamento do esgoto das águas pluviais. Ocorreu o levantamento de uma chaminé com tijolos e cerâmica média de 45 metros de altura. Para armazenamento de água, foi construído ao lado do prédio um tanque com capacidade de oito mil litros, sendo esta usada nas caldeiras e que voltava ao tanque para ser reutilizada. O processo de levantamento da Fábrica originou um custo muito elevado para seus donos e, a recuperação desse investimento seria difícil porque o Estado não oferecia um grande mercado consumidor (ITAPARY, 1995).

Outra dificuldade enfrentada pela Fábrica Rio Anil era recrutar mão de obra, pois neste mesmo período, por toda província do Maranhão, e principalmente na capital, muitas unidades fabris estavam sendo construídas no mesmo tempo. Eram poucos os profissionais com habilidades para os serviços de pedreiros, carpinteiros e técnicos em tecelagem e manutenção das máquinas (ITAPARY, 1995).

As máquinas das fábricas foram adquiridas a partir das correspondências com firmas inglesas. Várias propostas foram apresentadas à diretoria, e a vencedora foi a firma de Henry Livesey Limited, que apresentou propostas para fornecimento de 324 teares e de coluna de teto.

A Fábrica Rio Anil entrou em operação em 1893 com apenas 144 teares, com setores de branqueamento, departamento de fição, tecelagem e caldeiras. Fios de algodão para urdidura e tramas, com números 25 e 35 com destinação para o consumo interno. Caldeira (1991, p. 224) comentou sobre a produção da Fábrica Rio Anil: “Os morins do Rio Anil registravam vendas apreciáveis após terem sido lançados nos mercados do Maranhão, Pernambuco, Piauí e Pará. No caso maranhense, substituiu a importação de similares por sua cor branca e maciez”.

Os proprietários da Fábrica tinham a pretensão de adquirir produtos e equipamentos de alta qualidade, todavia, os preços destes variavam de acordo com a desvalorização de nossa moeda frente à moeda inglesa, impossibilitando os diretores da Fábrica Rio Anil de investirem em uma quantidade maior de equipamentos. Em 1894 continuava funcionando com o mesmo número de teares de sua inauguração. Somente no ano de 1897, a Rio Anil funcionou com 220 teares. Como pode-se perceber, o planejamento inicial de trabalhar com 324 teares não foi alcançado de imediato.

3.2. A Fábrica Rio Anil e a dinâmica socioespacial do bairro

A Fábrica de Tecidos Rio Anil instalada em 1893 (Figuras 8 e 9) ajudaria a formar a conjuntura do bairro, a partir do aumento do número de habitantes e conseqüentemente casas para abrigar essa nova população.

Figura 8 – Fachada antiga da Fábrica de Tecidos Rio Anil, por volta de 1909



Fonte: Livro do Maranhão (1908).

Figura 9 – Forma da antiga Fábrica de Tecidos Rio Anil, atualmente Escola CINTRA



Fonte: Acervo do autor (2018).

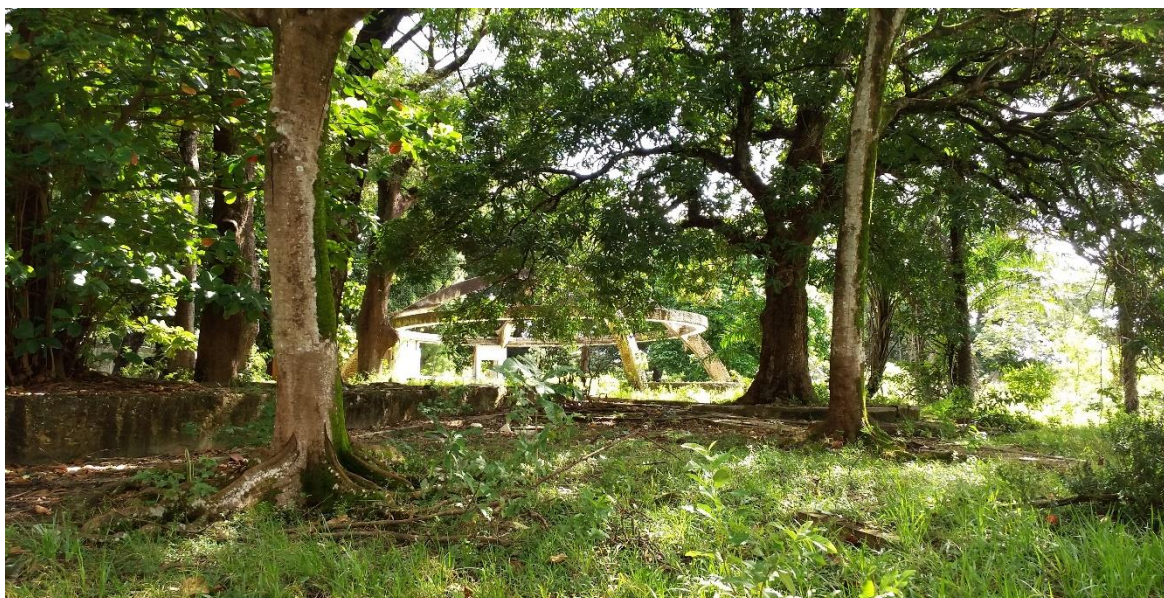
A implantação da Fábrica, apesar das transformações causadas, continuou merecendo de certa parte da elite maranhense, constituída em sua maioria por grandes proprietários de belíssimas residências, da construção de clubes recreativos tais como o Lítro Português (Figuras 10 e 11) e o Club Jaguarema (Figura 12). De acordo com relatos dos antigos moradores, como da Sra. Joventina Veiga, de 84 anos, esses clubes foram fundados no início do século XX por iniciativa dos proprietários da Fábrica.

Figura 10 – Interior do Club Líteo Português



Fonte: Portal minha Velha São Luís (facebook.com/minhavelhasaoluis). Acesso em 08/07/2019.

Figura 11 – Ruínas do Club Líteo Português



Fonte: Acervo do autor (2019).

Figura 12 – Fachada do Club Jaguarema



Fonte: Portal minha Velha São Luís (facebook.com/minhavelhasaoluis). Acesso em 08/07/2019.

A história do Anil voltaria a se destacar dentre os bairros de São Luís em 1932, quando através do Decreto Municipal nº 57 o Anil tornou-se sede da primeira zona de fiscalização do interior da capital, publicado no Diário Oficial do Maranhão de 02/01/1933.

No final do século XX o bairro Anil tinha 2.628 moradias e com uma população que se aproximava de 10.012 habitantes, Número esse obtido através da pesquisa da FSN (Fundação Nacional de Saúde) de 1992. E a fábrica que impulsionou a expansão dessa localidade, no final do século, deu lugar à Fundação Nice Lobão e, atualmente, ao Centro Integrado do Rio Anil.

O bairro Anil antes da instalação da Fábrica era um lugar totalmente rural, cujo acesso era difícil, sendo que a maneira mais fácil de chegar ao bairro era através das águas do rio Anil até o porto do mesmo nome (Figura 13). Em depoimento, o morador Wilson Machado lembra-se das histórias do seu avô, o Sr. José Machado, funcionário da Fábrica e descreve:

Era uma região totalmente, como meu avô dizia, dominada pelas águas do Rio Anil e com uma vegetação né muito grande, eram poucas as casas ainda, apenas havia sítios enormes e depois começou a ter as casas [sic].

Figura 13 – Porto do Anil

Fonte: Livro do Maranhão (1908).

Antes de a Fábrica tornar-se uma das mais conhecidas de São Luís, na década de 1940 e 1950, a partir de informações dos moradores do Anil, este Lugar possuía dois colégios: o Grupo Escolar Estadual Padre Antônio Vieira e o Grupo Escolar Municipal Jansen Muller, os quais ofereciam apenas o curso primário de 1° a 5° série.

O morador José Ribamar Rodrigues, de 85 anos, menciona em entrevista que quando chegou ao bairro, aos 15 anos, observou grande movimentação na Avenida Casemiro Jr., principal via do bairro, as casas eram de tijolos, mas todas perto do Cutim (bairro próximo) e perto da fábrica encontrava-se apenas um casarão, quando esta já se encontrava desativada, descreve:

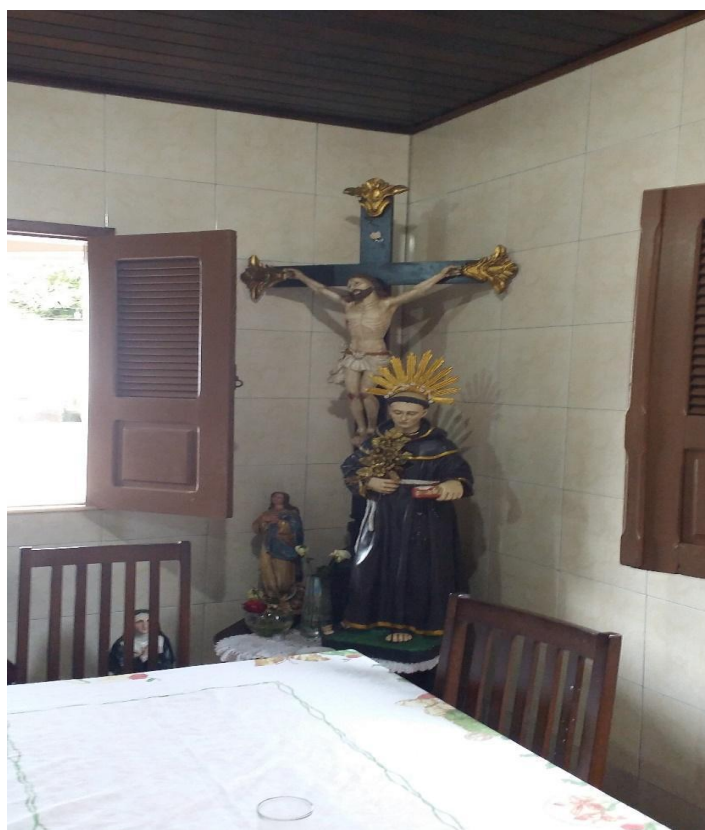
Tinha 15 anos, as casas do Anil era da avenida principal, tinha igreja, mercado, na Fábrica apenas tinha um casarão quando não estava mais funcionando, tinha um cinema e o cuscuz ideal (mini-indústria de produção de cuscuz) que tem até hoje [sic].

Logo após a inauguração da Fábrica houve a instalação de dois educandários, com regime de internato: o Educandário Santa Cruz, sob a orientação das irmãs Capuchinhas e, o segundo Educandário Santo Antônio para os filhos dos portadores de hanseníase, conhecida antigamente como lepra, que apresentassem boa saúde, já que naquela época pessoas com esta doença eram

afastadas do convívio social. Foram escolas que se desenvolveram ao longo da história do bairro. Atualmente o bairro Anil possui uma escola estadual e três colégios municipais.

No início do povoamento do bairro Anil foi construída a igreja de Nossa Senhora da Conceição, considerada pelos anilenses a protetora do lugar, tendo sido reformada anos depois pelo vigário Frei Hermenegildo. Ainda hoje a igreja se mantém como um dos principais pontos de referência ao bairro, considerando que a religiosidade e a devoção à religião católica se mantêm bem forte nas residências antigos moradores (Figura 14).

Figura 14 – Altar presente em residência do Anil



Fonte: Acervo do autor (2019).

Além desta igreja católica (Figura 15), havia no bairro outros espaços de devoção, tais como a Igreja do Salvador, de orientação evangélica, o Centro Espírita Jardim das Almas, que funcionou sob a coordenação de D. Egiltha Brandão, e o terreiro de mina da Senhora Mundica Tainha. Em depoimento, a

moradora Maria José Leite, que é residente desde 1970 no bairro Anil, descreve um pouco da importância da igreja:

A Igreja Nossa Senhora da Conceição é um marco para nossa comunidade do Anil. Lembro das pessoas mais antiga dizer que a igreja está deste do início do bairro. Podemos dizer que é ponto assim como a Fábrica uns dos mais importantes do Anil.

Figura 15 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição/Bairro Anil, São Luís-MA



Fonte: Acervo do autor (2019).

O Anil, no início do século XX, tinha um comércio muito escasso e com pouca variedade, contando apenas com uma loja de tecidos e uma mercearia, de propriedade dos senhores Mohamed Taige e Alexandre Taige, respectivamente. Sobre a mercearia, o morador Francisco Carramilo destaca em entrevista que encontrava-se localizada na Avenida Casemiro Jr, com data de fundação na década de 1950. O morador descreve ainda que:

Acredito eu que a mercearia do seu Moraes ali perto do Cruzeiro do Anil, ali no retorno que vai pro pingão, é umas das mais antigas do bairro, lembro de antes de morar aqui de vez, vinha fazer compras com meu pai, era 1954.

Apesar de a Fábrica Rio Anil ter grau alto de investimento em infraestrutura, a elite maranhense que frequentava o bairro Anil não conseguiu promover um melhoramento urbano adequado, apenas houve a instalação do que faltava para um desenvolvimento do Lugar. Faltavam ruas adequadas e projetos

que proibissem as construções às margens do rio Anil, o que viria a trazer poluição no futuro.

Aos domingos a população menos favorecida tinha como lazer tomar banho no rio Anil, ou jogar futebol no Campo do Botafogo, um dos clubes de futebol amador mais conhecido da capital, o terreno do campo pertencia à Fábrica Rio Anil. Ainda havia dois cinemas: o Rivoli e o Anil de propriedade da empresa Serra & Cia Ltda.

Pode-se afirmar que, durante o século XX, o bairro Anil em seu processo de construção do espaço urbano se apresentou como um lugar de progresso para a Capital. Porém, sua ocupação acabou por ocorrer de forma desordenada, seus espaços foram preenchidos por casas, com pessoas vindas de bairros distantes, como Olho D'água e Centro.

Em datas como o carnaval, no sábado de Aleluia com mais ênfase e principalmente no período de São João, ocorriam os famosos bailes do Pedro Veiga e do *Chico Gato*, os dois mais conhecidos animadores culturais de festas mundanas do bairro. Os outros festejos que modificavam a rotina dos moradores do Anil eram o de Nossa Senhora da Conceição em dezembro e de São Sebastião, em janeiro.

O bairro também abrigava sítios e vivendas, onde moravam as pessoas com melhores condições financeiras. Dentre estas pessoas conhecidas da cidade de São Luís, destacam-se os moradores Dra. Laura e o Dr. Carlos Vasconcellos, os primeiros médicos do bairro e as professoras Benedita Guimarães Caldas e Júlia Abreu.

O processo industrial no Brasil seguiu o modelo europeu, no sentido de construção de vilas operárias próximas às fábricas. Essas moradias “gratuitas”, que a princípio poderiam se pensar ser um privilégio para o operário, em verdade, tratava-se de um modo de controlar aqueles funcionários imprescindíveis para o funcionamento da fábrica. O caldeireiro, o mecânico, o eletricista, eram funcionários que não podiam ficar à distância dos *olhos do patrão*, pois qualquer avaria na fábrica, eles estavam sempre postos e “aos olhos”.

Os funcionários sem altos cargos não ocupavam as casas da Vila Operária (Figura 16), mas alguns tinham suas casas construídas em terrenos que foram distribuídas pela fábrica, pagando foros anuais.

Figura 16 – Ruínas de casas de funcionários da Fábrica Rio Anil



Fonte: Acervo do autor (2018).

O trabalho na Fábrica era a principal fonte de renda para muitas famílias, poucos conseguiam complementar a renda com outra atividade. Por várias razões: a jornada de trabalho na Fábrica era extenuante, com até 14 horas diárias, não se permitia aos funcionários outra atividade para ter renda extra. Muitas pessoas da mesma família iam trabalhar na Fábrica, ou seja, neste momento uma das poucas possibilidades para os moradores do bairro era a Fábrica Rio Anil.

O bairro Anil em seu processo de urbanização teve contato com outros bairros, pelo acesso ao Centro da cidade de São Luís, o denominado “Caminho Grande”. Apesar deste contato com outros bairros, o Anil sempre foi um bairro de muita ligação entre seus moradores, o que é percebido no hábito de seus habitantes de chamá-lo de Vila do Anil (Figura 17).

Figura 17 – Vila do Anil (1909)



Fonte: Livro do Maranhão (1908).

O Anil foi mais um desses bairros cujo processo de industrialização deu a esperança de um futuro melhor para os habitantes do espaço. Porém, a Fábrica de Tecidos Rio Anil, que muito contribuiu no surgimento do bairro e objetivou sua urbanização, ao encerrar suas atividades deixou marcas profundas naquela sociedade.

3.3 A falência da Fábrica

O funcionamento da Fábrica Rio Anil desde o início sofreu com situações desagradáveis, e um dos principais problemas esteve na oscilação cambial e da conseqüente desvalorização da moeda brasileira (réis) diante da moeda inglesa (libra), a qual provocava o aumento dos preços dos equipamentos, pois todos eram importados.

A questão da mão-de-obra qualificada foi outra dificuldade pela qual a unidade fabril passou, pois muitos operários estavam afeitos de atividades agrícolas e serviços domésticos. Para diminuir esta escassez de mão de obra qualificada, a alternativa foi à contratação de ingleses para executar trabalhos de chefias e serviços técnicos, porém o vencimento destes operários era muito alto, assim, gerando para seus diretores mais despesas e pouco retorno, conforme destaca o depoimento da Sra. Rosalvina Ferreira, que trabalhou na Fábrica na primeira metade do século anterior:

Nessa época era só um salário, ganhava-se muito pouco né? Porque nessa época pouco era como hoje [...] a gente ganha muito e não dá. Eu entrei na Fábrica na década de 50, nessa época a gente não tinha assim um salário que já fosse registrado um salário. Trabalhava por produção: quantos quilos de linha se fazia era em réis que a gente fazia. Eu sei que a gente recebia aquele dinheiro em duas parcelas. Era de quinzena: recebia a 1ª parcela na metade do mês e a 2ª parcela no começo logo do mês, que era o final da quinzena. O salário mínimo tinha pra maior e pra menor, porque na Fábrica tinha essa separação. Tinha os maiores e tinha as pessoas de menor que trabalhavam na Fábrica. Os de maior já ganhavam mais ou menos 650 réis diária e os de menor ganhavam geralmente a metade [sic].

Desde o início de suas operações, a Fábrica sempre operou em piores situações financeiras, somente em 1895 houve um ganho de 645.461 (réis) devido às seções de fiação e tecelagem. Entretanto, as seções de branqueamento dos seus morins não conseguiam alvejar com a qualidade que era exigida, sendo assim havia um gasto enorme com esta seção.

Itapary (1995) destaca que no ano de 1950 a Fábrica Rio Anil enfrentou uma greve de operários, e que depois deste episódio as constantes crises financeiras desembocaram em uma crise gravíssima, pois não houve dinheiro para o pagamento dos trabalhadores, sendo que não havia capital de giro, pois metade dos acionistas deixou de realizar mais de 36 contos de réis. Sem esse capital, a Fábrica não poderia comprar o algodão e para piorar não conseguia renovar seus equipamentos. Nas Figuras 18 e 19 estão as carteiras de trabalho de dois trabalhadores da Fábrica Rio Anil, o Sr. Carramilo e a Sra. Rosalvina Ferreira.

Figura 18 – Carteira de Trabalho do Sr. Carramilo, operário da Fábrica Rio Anil



Fonte: Acervo do autor (2017).

Figura 19 – Carteira de Trabalho da Sra. Rosalvina (operária da Fábrica Rio Anil)



Fonte: Acervo do autor (2019).

Ainda na década de 1950 a situação da Fábrica Rio Anil decaiu ainda mais, pois nessa mesma época começaram a surgir os impostos e o rigor das leis sociais o IAPI e a cobrança dos dividendos, os quais unidade fabril deixou de pagar, devido à elevação dos encargos e aumento nos preços dos combustíveis.

Neste período houve um aumento de preços de todos os produtos, entretanto os preços dos têxteis tinha sofrido uma grande queda no mercado. A Fábrica Rio Anil vendia seus produtos, todavia não obtinha um lucro condizente com os custos de manter a mesma em funcionamento.

O movimento das vendas no ano de 1936/38 foi o seguinte:

Quadro 01 – Vendas da Fábrica Rio Anil 1936-1938

ANO	VENDAS
1936	3.463:395 S 500
1937	3.191:744 S 300
1938	2.796:306 S 600

Fonte: ITAPARY, 1995, p. 105

Como não tinha capital para investir em maquinário moderno, a Fábrica se viu ainda em situações complicadas devido à concorrência das unidades fabris do sul e sudeste, que já produziam tecidos de melhor qualidade, colocando a unidade fabril do Anil em São Luís em situação de inferioridade, quer por sua

pouca produção e pela pouca diversidade de seus tecidos, quer pela tecnologia de suas máquinas.

A substituição de um maquinário na *Rio Anil* só aconteceu quando houve a explosão de um motor a gás no ano de 1943, cujo o funcionamento era de mais de 50 anos. Como não havia condições de recuperação, era preciso mudar. Este acontecimento levou a Fábrica a fazer a primeira substituição de uma máquina desde a sua fundação.

Esta deficiência tecnológica dos maquinários contribuiu significativamente para apressar o fim das atividades da Fábrica Rio Anil. Sem nenhuma condição para disputar o mercado com outras unidades fabris no mercado, o fechamento seria apenas questão de tempo. A falta de iniciativa empresarial por parte dos seus donos contribuiu para o processo de falência da Fábrica.

Na madrugada de 20 de março de 1959, uma das caldeiras explodiu, deixando três operários mortos e um gravemente ferido, que veio a falecer posteriormente. Itapary (1995, p. 119) assim descreve este fato:

O oxidado ventre da caldeira, com mais de meio século de operação, explodira. Das suas entranhas, água fervente e estilhaços de ferro quente espalharam morte e terror. Espessas paredes de pedra se fenderam, telhas e janelas, espedaçadas voaram para longe e a água quente, propelida violentamente através das aberturas da fachada sul, cozinhou a vegetação da galeria do tranquilo Rio Anil.

Depois desse acontecimento os acionistas perceberam a dificuldade que seria a reabilitação. Dessa maneira, gradualmente foram vendendo suas ações. O Sr. João Carramilo, que trabalhou na Fábrica de Tecidos Rio Anil na década de 1940, destaca:

Essa Fábrica representou muita coisa, pois se não fosse ela eu não tinha me aposentado, não estava recebendo esse trocadinho que recebo hoje. Para mim, o mais importante eu encontrei: um apoio para viver, pois depois que ela fechou pronto, todo mundo procurou se virar de outro jeito; como vivia trabalhando doente, eu me encostei, depois me aposentei, foi bom, foi importante [sic].

Logo depois venderam o maquinário e o terreno loteado. Itapary (1995) destaca que pelos 45 metros da chaminé saíam os fumos que marcavam os céus

da Vila do Anil, que a Fábrica a transformara em um dos mais populosos bairros de São Luís. Sendo assim, em 1960 a Fábrica Rio Anil já não existia mais, e os sócios restantes transformaram em Companhia do Desenvolvimento do Rio Anil.

3.4. O Anil sob os fios das memórias dos trabalhadores fabris

Sabe-se que a força do trabalho aparece como salário. Desta forma o salário é indispensável para o capital, pois, ela retira a possibilidade de identificação da divisão da jornada de trabalho em trabalho pago e trabalho não pago. Segundo o Sr. Carramilo, operário da fábrica:

Existiam na Fábrica duas formas de salário que eram: o salário por tempo e salário por peça, a forma de pagamento que mais predominava era o pagamento por peça que despertava no trabalhador atração em prolongar a jornada de trabalho, a fim de ver aumentando o seu salário [sic.]

Eram exigidos a força de trabalho, um elevado rendimento, e uma produção de boa qualidade, dispendo a Fábrica de mecanismos repressivos para quem não cumprisse essas exigências. Expedientes arbitrários que iam de multas até a dispensa definitiva do operário (MELO, 1990, p. 72).

Conforme a disciplina da operária era cortada a peça, muitas vezes perdia a peça toda. O Mestre chamava a atenção e tinha umas exaltadas que achavam de fazer mal feito e ainda se achavam no direito, outras não, ficavam caladas, muitas vezes estas perdiam só a metade ou não perdiam nada, mas essas que se exaltavam com ele, ele ficava nervoso, ele botava abaixo, perdia tudo (Roselvina Ferreira - operária) [sic.].

As fiandeiras, por seu lado, trabalhavam duas a duas; apesar de cada qual ser responsável apenas por um lado da máquina, os seus salários, correspondiam à soma do rendimento das duas operárias dividido por dois e, portanto, percebiam salários iguais, daí o interesse em ajudarem-se reciprocamente. Decorre desse aspecto uma fiscalização mútua de relevado interesse para o capital.

Na fiação tinham operárias que trabalhavam juntas a muito tempo, já se entendiam bem, já estavam bem irmanadas, então aquilo já era uma grande vantagem. Quando era uma pessoa novata, não (Joventina Veiga – operária) [sic.]

O companheirismo entre as fiandeiras de mesma máquina era uma imposição da própria maneira de remuneração, e pode ser observado nos depoimentos abaixo:

A outra almoçava e uma ficava virando dos dois lados, aí a combinação das duas, né? Porque uma trabalhava de um lado e a outra de outro. Quando arriava a bancada e uma acabava de botar as canelas vazias, aí ia ajudar a outra (Roselvina Ferreira - operária) [sic].

Era vantagem ganhar por produção, porque o fixo de qualquer maneira não alterava nada, era só aquele e pela produção a gente se esforçava e podia ganhar um pouquinho mais (Joventina Veiga - operária) [sic].

Nos sábados, domingos, dia de folga era garçom em festas, chapeleiro e porteiro de teatro, vendia bugiganga para completar o orçamento. Quem tinha família para sustentar fazia biscates, quem tinha pai e mãe não se virava (João Carramilho - operário) [sic].

A forma da antiga Fábrica permanecia na memória cotidiana dos anilenses, despertando curiosidades nos mais jovens que não fizeram parte do seu passado e saudades dos tempos áureos nos mais velhos que aspiravam ainda um dia poder ouvir novamente o apito da Fábrica tocar como antigamente, conforme comenta a Sra. Margarida Barbosa (filha de operária da Fábrica e moradora do Anil):

Quando mamãe ouvia o apito da Fábrica, ela já estava dentro da Fábrica, para começar o trabalho, na quinzena ela recebia a metade do seu salário. E quando o apito tocava saía toda contente com o dinheiro da quinzena para comprar nosso sustento, era uma verdadeira alegria, às vezes pareço mamãe dizer que ouviu o apito da Fábrica anunciando o dia do pagamento [sic].

Depreendendo-se destes depoimentos, pode-se perceber que o bairro Anil teve um papel fundamental na economia e na urbanização de São Luís, por tudo o que representou no passado e no contexto espacial. Desta maneira, foi um dos primeiros eixos de ocupação suburbana e representando o meio de ligação entre o centro e as demais áreas da Ilha do Maranhão, que os moradores denominam de “Caminho Grande”.

Por ser possuidor de uma bacia hidrográfica de expressão, foi por muito tempo o corredor por onde se fazia o escoamento de mercadoria por hidrovia, ajudando a formar um bairro que sediaria uma Fábrica que se tornaria décadas à frente uma importante escola de ensino regular e profissionalizante, o que será discutido no capítulo seguinte.



CINTRA nos anos 1990. Fonte: Ramos (2008).

**4 - O ANIL DE OUTRORA E NOS DIAS ATUAIS: OS LUGARES TECIDOS
ENTRE O BATER DOS PANOS E A SIRENE ESCOLAR**

4.1. Uma linha de interpretação dos agentes espaciais da Indústria

O processo de industrialização no Brasil ocorreu aproximadamente desde a segunda metade do século XIX. No entanto, até as primeiras décadas do século seguinte a economia do país se baseava na agricultura voltada para a exportação.

No Maranhão, esse processo aconteceu de maneira ainda mais lenta. O algodão, que serviu em grande escala como matéria prima para as fábricas têxteis do Estado, foi um dos produtos que mais se destacaram, dinamizando o comércio de importação e exportação e, conseqüentemente, causando transformações gerais no contexto socioespacial maranhense, em todos os âmbitos, inclusive em nível econômico-populacional.

De acordo com Luiz Rodrigues, funcionário da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Maranhão (SEINC-MA), em entrevista que desenvolvemos dia 03 de fevereiro de 2020 (ver apêndice 5):

Devido aos entraves que ocasionaram a estagnação das atividades agrícolas aqui desenvolvidas, como a falta de mão-de-obra, recursos financeiros e, por extensão, tecnológicos, culminaram com a necessidade de mudanças na estrutura econômica local [*sic.*]

Com a Abolição, a grande maioria dos escravos abandonou as fazendas e os que ficaram não possuíam aptidão para dar impulso ao trabalho, bem como não eram em quantidade suficiente para isso, ocasionando dessa forma em perdas para o setor. Sobre o prejuízo dos investidores maranhenses, Tribuzzi (1981, p. 24) assim se expressou: “a maior massa de investimentos nos setores produtivos estava constituída pela escravaria, cuja libertação ‘empobreceu’ drasticamente os fazendeiros”.

Como consequência da perda da mão-de-obra escrava e, por extensão de capital, seria inviável a sustentação da venda de tais produtos no exterior, pois de acordo com o exposto em linhas anteriores, a economia do Maranhão era voltada tradicionalmente para a agricultura de exportação.

O panorama agrícola do Maranhão deu outro rumo aos negócios empresariais locais. Houve uma transição do capital antes aplicado na agricultura

de exportação e no comércio, para a indústria, assim como a substituição paulatina da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada.

Entretanto, convém salientar que não apenas a derrocada da agricultura foi determinante para as transformações acima mencionadas. Fatores externos também foram de grande magnitude neste processo. A economia mundial seguia outra trajetória, muito bem analisada por Lacroix (1982, p. 34):

O sistema capitalista já se encontrava em sua plenitude na Europa, com a substituição do capital comercial pelo industrial. A Inglaterra, na liderança do processo econômico mundial, deu outro rumo à política econômica, isso em decorrência de novas necessidades emergentes do mundo capitalista.

Realçando a ideia do parágrafo anterior, de acordo com o superintendente de investimentos da SEINC – MA, Gustavo Iago, em entrevista que desenvolvemos dia 03 de fevereiro de 2020 (ver apêndice 5):

Diante de tais perspectivas, surgiu o parque fabril maranhense, onde as indústrias do setor têxtil tiveram grande predominância. Contudo, vale fazer um pequeno comentário sobre a existência de indústrias de outras modalidades, que se instalaram tanto na capital como no interior do Estado [sic].

Deste modo, no Maranhão funcionaram fábricas de variada natureza: de gênero alimentício, de artefatos de chumbo, de cerveja, de cigarros e etc. Enfim, tratava-se de um diversificado parque industrial, cuja importância ultrapassou os limites do Estado, sendo que as indústrias do ramo têxtil tiveram maior destaque, devido, entre outras questões, a boa qualidade dos tecidos nela confeccionados, como foi o caso dos morins fabricados pela Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil.

Em tal conjuntura, as indústrias do Maranhão, tal qual a agricultura, não sobreviveram às crises. A este respeito, a revista *Projeção*, em editorial de 1980 (p.5), declara: “a partir de 1950, entretanto, uma a uma, as fábricas maranhenses foram cerrando suas portas, como se estivessem vitimadas por algum surto epidêmico”.

Múltiplas foram as causas que culminaram com a decadência do parque fabril maranhense. Identificamos aqui algumas delas: queda da qualidade da produção algodoeira; ausência de *mentalidade industrial* dos empresários que

sucederam os fundadores das fábricas (estas fundadas essencialmente no âmbito familiar, embora se revestissem da aparência de sociedade anônima, sem que houvesse transferência do “Know How” adquirido pelos pais aos filhos, seus sucessores no gerenciamento dos negócios); falta de incentivos governamentais, pois as empresas daquela época funcionavam, na maioria das vezes, com recursos próprios; impossibilidade de atualização dos equipamentos e/ou dificuldades no conserto dos mesmos.

No entanto, ratificamos com outras palavras, não foi somente devido à falta de financiamento que a renovação técnica das fábricas foi escasseando, havia também grande parcela de ineficiência por parte de seus proprietários, os quais não aproveitaram dos momentos ideais para renovar e incrementar os negócios, como descreve Tribuzzi (1981, p. 56):

Cessado o conflito e a contingência favorável de preços internacionais, a economia refluí aos níveis medíocres até a década de 1950, enquanto vai-se acentuando a decomposição do parque têxtil pela queda de qualidade da produção algodoeira e, sobretudo, pela ineficiência tecnológica e econômica dos equipamentos (os mesmos implantados na década de 1890) que o empresariado mantivera obsoleto apesar da circunstância favorável das duas guerras, preferindo aplicar os vultosos lucros daquele período em inversões imobiliárias no Sul do país.

Assim, à proporção em que os anos 1950 chegavam ao fim, com eles foram esvaziando-se as indústrias maranhenses, pois estas já haviam esgotado todos os seus recursos. Consoante com esta ideia, Luiz Rodrigues, em entrevista já citada, comenta:

Desde o início o parque têxtil enfrentou dificuldades no Maranhão. Entre elas, a falta de operários com alguma qualificação e de pessoas habilitadas para as atividades de gerenciamento, fazendo com que as fábricas do Estado fossem administradas por pessoas alheias aos processos técnicos, comerciais e econômicos.

Aos fatores responsáveis pelo declínio, anteriormente citados, somaram-se a criação de algumas leis sociais (com a finalidade de proteger e melhorar o padrão de vida dos operários), das quais se destaca, do ano de 1959, de acordo com Melo (1990), a adoção de um salário mínimo legal.

O empresariado, que por esse tempo já não possuía fundos para pagar as dívidas mais urgentes, pois os vencimentos dos empregados estavam atrasados, nada mais podia fazer do que ameaçar-lhes com o fechamento das fábricas, caso o operariado insistisse em cobrar o salário determinado pelas leis trabalhistas. Dessa maneira, a partir e meados da década de 1960, gradativamente, as unidades fabris do Maranhão foram fechando suas portas.

Se referindo a outro tempo, Melo (1990) esclarece que durante um longo período, mais ou menos até 1920, houve relativa expansão da capacidade de produção da indústria têxtil maranhense, com o aumento de teares e de operários. Por outro lado, entre os anos de 1921 a 1945, registra-se uma baixa do número de teares, havendo apenas a transferência de máquinas de uma fábrica para outra, com raras exceções aconteceu renovação no maquinário. Isto ocorria também porque havia fraca concorrência aos tecidos maranhenses em escala nacional. Conforme este enfoque, Gustavo Lago, em entrevista já citada, salienta:

Durante a Segunda Guerra Mundial houve considerável aumento da produção baseado na ampliação da jornada de trabalho dos operários, proporcionando mais lucros aos proprietários das fabricas têxteis no Maranhão. Os produtos alcançaram preços mais elevados em todo o país, atingindo índices elevadíssimos, o que enfraqueceu o ramo têxtil no Nordeste [sic].

Com efeito, segundo Tribuzzi (1981), apesar da falta de concorrência no mercado interno ter concorrido para a ausência de inovações técnicas, os empresários maranhenses obtinham mais lucro porque pagavam baixos salários por longas jornadas de trabalho e contavam com um mercado relativamente protegido, tendo como maiores consumidores de seus produtos os estados do Amazonas, Pará, Piauí, Ceará e o próprio Maranhão.

O rio Anil, a saber, teve, e tem função e significado contundente para o entendimento do bairro Anil e da memória dos anilenses¹.

¹ Refere-se aos moradores do bairro Anil.

4.2. O rio Anil e os anilenses

À nove quilômetros do Centro da cidade de São Luís, situa-se o bairro Anil. Suas terras, outrora, eram privilegiadas pela abundância de cursos d'água que ali passavam, dentre os quais se destacava o rio Anil, um geossímbolo, marca identitária do bairro, presente na memória dos moradores. Segundo Deusdedith Carneiro, Diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, em entrevista que realizamos em 03 de agosto de 2018:

No período inicial da colonização do nosso Estado, esse rio era chamado de rio Maioba pelos índios Tupinambás, somente passando a ter a denominação atual a partir do estabelecimento, onde hoje se situa o bairro, de uma fábrica de beneficiamento de anil.

Cumpre salientar que o “anil” do qual se refere o professor Deusdedith diz respeito a uma substância presente no rio e que tinha cor azul. Em nível de acréscimo, segundo Costa (1998), a nascente do rio Anil (Figura 20) localiza-se onde é atualmente o aeroporto do bairro Tirirical, São Luís-MA.

Figura 20 – Nascentes do rio Anil



Fonte: Acervo do autor (2019).

Entretanto, há controvérsias, o que perpassa, certamente, pela estruturação identitária dos lugares das pessoas envolvidas. Neste sentido,

Ribeiro Jr (2001) afirma que o rio Anil é genuinamente anilense, pois teria suas nascentes situadas num local chamado Palmeiral – devido à grande quantidade de babaçu –, onde atualmente localiza-se o bairro Cohab, e ainda destaca: “essa questão de dizerem que o Anil nasce no Tirirical, dá-se ao fato de que o local de suas nascentes tinha muita planta denominada tiririca” (RIBEIRO Jr, p. 61).

Com o povoamento da área do Tirirical, Costa (1998) complementa que as cabeceiras do rio foram sendo aterradas e diminuindo, sendo reduzidas a um brejão na localidade onde é hoje a Cohab. Com o passar dos tempos e o povoamento da área, mais uma vez suas nascentes foram reduzidas. A esse respeito, a senhora Maria de Fátima Carramilo, em entrevista que realizamos em 14 de março de 2018 (ver apêndice 2), ao lamentar, destaca:

Acabaram com o rio Azul e foi com a inauguração da Cohab. Atualmente a sua nascente é considerada a da localidade Vila Isabel Cafeteira, próximo ao III conjunto da Cohab-Anil e outra, ínfima, na Aurora, próximo ao posto de gasolina do Pingão [...] É realmente uma pena ver esta riqueza acabar para a gente [*sic.*].

Ainda sobre a toponímia do rio, já que a toponímia são inscrições humanas no solo que expressam os significados e representações a respeito de lugares, da cultura e da identidade (CORRÊA, 2007), Itapary (1995) e Melo (1990), discorrendo sobre a denominação atual do rio Anil, dizem que esta é datada de 1730, e a relacionam com uma substância que se desprendia das folhas de anil, tingindo as águas de azul, por isso o rio passou a ser chamado de *rio Azul*, e só depois rio Anil. A planta nativa era chamada pelos índios de Cauaçu, e conhecida pelos árabes como *na-nil* (o anil). Da fécula azul, era extraído um produto tintóreo de cor azul, que servia para branquear tecidos.

Ao que consta na bibliografia dos autores citados, confirmado em nossas entrevistas, *aquele azul* encantava as pessoas que tinham acesso ao rio, de tal modo que era motivo de orgulho para os moradores.

Melo (1990) ressalta que ao longo dos anos, visando a obtenção do *anil*, foram edificadas fábricas às margens do rio. E que assim, as terras por onde passava o rio Anil continuaram servindo de ponto estratégico para a implantação de prédios industriais, como a indústria para beneficiamento de arroz, patrocinada pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil e outras.

No contexto histórico de São Luís, o povoamento e o desenvolvimento se deram ao longo dos cursos d'água, e a bacia do rio Anil foi um meio de expansão expressivo, sobretudo no eixo Centro-Anil. Suas águas foram importantes no final do século XIX, visto que no ano de 1856, como afirma Itapary (1995), o senhor Raimundo Teixeira fundou a Companhia Anil, com o objetivo de retirar do rio água para abastecer a cidade de São Luís. Sobre este acontecimento, o senhor Antônio Veiga, em entrevista que realizamos em 24 de março de 2018 (ver apêndice 2), destaca que seu avô, o senhor Raimundo Teixeira fundador da Companhia Anil, dizia que:

Esse empreendimento não prosperou e foi dissolvido, em virtude da grande concorrência com os vendedores de água, que transportavam o líquido em ancoretas no lombo de jumento, e a preços baixos. Sete anos mais tarde uma nova empresa foi implantada. Dessa vez o inglês Jonh Blount foi o mentor, só que a sede ficou na Inglaterra. No final do século XIX funcionou pela primeira vez com o nome de Companhia de Água de São Luís, que utilizava as águas do rio Anil, fato este que em 1893, mais ou menos, provocou uma espécie de conflito entre a Companhia e a fábrica Rio Anil, porque a Companhia alegava que as águas da fábrica prejudicavam o direito de usar as águas do rio Anil [sic].

A propósito deste conflito, Lisboa (1997) avulta que o impasse foi resolvido mediante um acordo. De tal modo, a fábrica Rio Anil passaria a usar as sobras das águas, e sem nenhum prejuízo. Para a Fábrica, o rio Anil foi indispensável, pois a mesma carecia de suas águas para a alimentação das caldeiras. Para isso a fábrica construiu um açude de onde a água vinha para abastecer um tanque que, segundo o Sr. Antônio Veiga, tinha capacidade para oitocentas pipas (medida da época), ou seja, tinha carga suficiente para movimentar o trabalho fabril correspondente. A esse respeito, Dona Joventina Veiga, quando a entrevistamos em 04 de abril de 2018, comentou:

Aquele tanque era enorme, e vivia cheio de água. Aquela água era bombeada e jogada para a Fábrica pra movimentar o motor e as caldeiras. O rio Anil representou no passado o corredor econômico do bairro do Anil em função de sua largura e profundidade, e por que não dizer beleza também?! Papai sempre falava que na preamar, o rio recebia embarcações que traziam a matéria prima e levavam o produto que iria ser consumido, além de outras mercadorias para os habitantes do bairro [sic].

Como visto, afirma-se que além de hidrovía, o rio Anil também era motivo de orgulho por parte dos anilenses, e isso tudo por conta de sua beleza, da

sua balneabilidade e pela fartura de peixes, tido como o *lugar ideal* para o lazer do final de semana. Vale ressaltar que além da calha principal, o rio possuía uma série de importantes afluentes que cumpriam as mesmas funções mencionadas, como o rio Diacuí, Ingaúra e o Jaguarema.

Segundo a senhora Maria José Leite, em entrevista que realizamos em 14 de março de 2018 (ver apêndice 2), acrescenta:

O rio Anil também significava fonte de vida e alimento para todo o bairro e adjacências, porque as águas eram límpidas e se bebia, lavava roupas e pegava o peixe, tanto para o consumo, quanto para a venda. O rio era largo, era de boa largura e tinha peixe grande. O povo que tinha necessidade, de manhã pegava cada qual o seu landuá (espécie de cofo)² e tirava comida dali. A água era boa e limpa [*sic.*].

Na contramão da realidade indicada por Maria José, o rio, apesar de ter dado *vida* e nome ao bairro Anil, ao longo dos anos, vem sendo maltratado pela sociedade, perdendo, gradativamente, espaço e beleza. A urbanização sem planejamento tem ocasionado danos a esta parte da cidade, interferindo, sensivelmente, nos modos em que os moradores vêm o bairro. Como exemplo das nocividades cometidas, lembremos o depósito de dejetos (in)orgânicos que o rio recebe, fazendo exalar um odor desagradável (Figura 21).

Figura 21- Médio curso do rio Anil



Fonte: Acervo do autor (2019).

² Espécie de depósito feito de palha de coqueiros, artefato muito utilizado por índios, pescadores e outros homens que trabalham na mata.

Além dos esgotos sanitários e industriais, que fizeram alguns moradores anilenses o denominassem de “Esgoto Anil”, o rio Anil vem sofrendo com a retirada de sua mata ciliar, inclusive de mangue, fato que ocorre de modo mais acentuado desde 1960, tempo em que deixou de ser navegável.

Com a permissão da metáfora, diríamos que hoje o rio *agoniza*. Percebe-se que é cada vez menor o filete de água do Anil que passa por debaixo das pontes da cidade, um rio tão poluído que, não raro, devido à eutrofização das águas, é possível notar a vida animal se esvaindo. Nesta conjuntura, o saudosismo, e por conta de um lugar que não mais existe, a não ser na memória dos moradores mais antigos (WRIGHT, 2014), é sentimento forte ali.

Dentre outros problemas, nesta *relação homem-rio*, em dias de chuva, as enchentes despontam nas discussões populares e governamentais. A Avenida São Sebastião é um dos pontos críticos, dificultando até mesmo o transporte de veículos. E aqui, na dialética do viver humano na cidade, encerramos com as seguintes indagações: como pode, hoje, o rio que antes funcionava como hidrovia, ou seja, favorecia o ir e vir das pessoas e de mercadorias, dificultar tal passagem? O que a falta de educação humana tem a ver com isto?

4.3. Ecos interpretativos dos agentes espaciais da Educação

Na década de 1990 surge a possibilidade de reutilização do prédio da antiga Fábrica Rio Anil, sendo que essa iniciativa ocorreu através de reuniões que contaram com a participação do Sr. José de Ribamar Cordeiro Filho, morador do bairro que exercia o seu primeiro mandato como vereador do município de São Luís.

De acordo com a funcionária do Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA, Sra. Silvana Carvalho, também professora de História da Escola, que entrevistamos no dia 27 de junho de 2018, àquela época grande parte dos moradores tinha esperança de que os tempos áureos da Fábrica voltassem. A historiadora chega a nos dizer que este *sonho* ainda resiste na *memória futura* das pessoas, um tipo de memória que sustenta anseios para com os dias vindouros. Por outro lado, a professora afirma ainda que também era grande o número

anilenses que acreditavam e torciam pela criação de uma escola de segundo grau, pois no bairro não havia.

Essa proposta foi levada para o Governador do Estado na época, o Sr. Epitácio Cafeteira, que, devido está voltado para reformas e tombamentos de antigos prédios em São Luís, comprou o prédio da antiga Fábrica, mas não teve condições de efetivar o projeto, já que havia priorizado outros. Segundo a professora Alexandrina Martins, diretora adjunta do CINTRA, em entrevista que nos concedeu em 07 de fevereiro de 2020:

O prédio do CINTRA era semiabandonado. Existia um movimento de senhoras que vinham buscar algodão descaroçados. O prédio foi pensado inicialmente no governo de Epitácio Cafeteira, porém não foi operacionalizado o projeto, somente concretizando no governo de Lobão [...] Esse prédio, por ser enorme, incomodava muito a população anilense por não está sendo aproveitado, servindo de “lixeiro”. O uso de drogas, de certa forma, incentivou o aproveitamento do prédio, apesar de, naquela época (1980), este ainda era um problema iniciante [*sic.*].

Os reflexos da referida mobilização, encabeçada pelo Vereador José Cordeiro, já mencionado, revelava um projeto que tinha como ideia inicial para ocupação do espaço a implantação de uma escola de segundo grau, com cursos profissionalizantes (exemplos: oficina mecânica, carpintaria, artesanato, encanação, alfaiate, barbearia, mestres de obra, serralheria, lanternagem, atendente de comércio, entre outros de interesse da comunidade). Sobre esse momento, merece destaque outro depoimento da professora Alexandrina Martins:

Assim que fui morar no bairro a minha sogra me contava muita coisa sobre o Anil. Me falou que atrás do prédio existia uma rua chamada rua da borboleta, justamente porque os operários tinham que passar pela catraca para entrarem no prédio [...] Para eu trabalhar numa escola pública, num local que olhei abandonado, participei das reuniões com a comunidade para reaproveitamento deste espaço com o ex-vereador Cordeiro, no governo de Cafeteira, e ser transformado em escola, é muito gratificante, muito mesmo, deu uma outra vida para este lugar [*sic.*].

Em âmbito social, o projeto previa a criação de creches e uma unidade regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, além de um serviço ambulatorial. No que concerne às atividades culturais, a ideia central seria também criar um espaço que *abrigasse* as diversas manifestações socioculturais e folclóricas de um bairro pujante, em outrora.

Não poderíamos de deixar de destacar que a execução do projeto teve o empenho pessoal da então Primeira Dama do Estado, Abdenice Lobão, através da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e do Trabalho, criando uma das principais fontes mantenedoras: a Fundação Nice Lobão.

Já de acordo com a ex-coordenadora de assuntos estudantis do CINTRA, Sra. Poliana Arraz, a quem escutamos em 27 de junho de 2018, o projeto de criação da Escola foi encaminhado para a Secretaria de Educação do Estado, sendo apoiado e ampliado por aquela *casa* de modo a se criar um espaço educacional que viesse a chamar a atenção pela magnitude e representatividade no bairro e na cidade. *“Não se queria uma escolinha qualquer”*.

Com as mudanças realizadas e, a alternância do poder na referida secretaria, o projeto passa por reformulações e foi transferido da área de educação para a área da assistência a fim de agilizar o processo, culminando, portanto, na implantação de uma escola em regime de tempo integral.

A Sra. Alexandrina Martins, quando pedimos que fizesse uma avaliação da relação da Escola com o bairro, ainda destacou que os moradores percebem o CINTRA de maneira muito positiva, “como um patrimônio deles [...], tanto é que quando organizamos projetos sobre o bairro, sobre o rio, sobre a realidade da escola, buscamos logo chamar a comunidade para participar”.

Enquanto patrimônio, material e imaterial, impressiona o parque arquitetônico da Fábrica-Escola.

4.3.1. O projeto arquitetônico da Escola CINTRA

O geógrafo Yi-Fu Tuan, na sua obra “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência” (1983), dentre vários temas, desenvolve a discussão na qual defende que o espaço arquitetônico é uma marca social das pessoas do lugar, sendo assim, uma componente determinante para que possamos compreender a vida, significada e experienciada com base em políticas ambientais múltiplas.

Por ora, discorreremos, descritivamente, a respeito da magnitude do parque arquitetônico da Escola CINTRA, que, conforme nos diz Corrêa (2010) é uma forma espacial refuncionalizada que conecta o antigo e o novo e é atravessada por outros significados. De início, reconhece-se que adaptar os

espaços da antiga Fábrica de Tecidos Rio Anil às atividades de um centro integrado de educação e promoção social da família foi, sem dúvidas, um desafio.

De um lado, o cuidado de preservar e valorizar as características fundamentais de um patrimônio arquitetônico. Do outro, a incumbência de projetar, no interior de seus imensos galpões, instalações destinadas à presença diária de mais de 2.000 estudantes (no início dos anos 1990), criando espaços bem iluminados e termicamente confortáveis.

A criação de jardins a céu aberto (Figura 22) no interior dos galpões, através da abertura de trechos de telhados, foi o recurso utilizado para otimizar a iluminação natural e o conforto térmico das futuras instalações.

Figura 22 – Jardins na parte interior do Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA



Fonte: Acervo do autor (2019).

Tal *cirurgia arquitetônica* na velha Fábrica do Anil viria, de certo modo, a rejuvenescê-la, sem que fosse necessário intervir em suas fachadas. Pelo contrário, elas passariam a lembrar da cor original, em substituição ao *pálido* amarelo que havia no início da revitalização do prédio.

Para a ruína interna do conjunto, em forma de “L”, foram previstas duas coberturas em vidro que permitiram o trânsito, conforme pode ser visto na Figura 23, entre os vários galpões. Sendo em vidro, estas coberturas iriam interferir nas perspectivas que se formariam a respeito das fachadas internas do prédio. Esta foi

uma concepção predominante durante todo o processo de revitalização: interferir o mínimo na arquitetura remanescente (MACHADO, 2001). E, à bem da verdade, até hoje, entrar na Escola impacta as pessoas que por ali estão pela primeira vez.

Ademais, o projeto propôs, a partir de elementos já existentes, a criação de espaços lúdicos no *novo* prédio, o Centro de Ensino do Anil. Assim, por exemplo, uma passagem de 21 metros de comprimento e 7 metros de altura, que liga a entrada principal da Fábrica ao cine teatro ali projetado, passou a ser o *corredor das cores*, onde a luz do sol, incidindo sobre o telhado de vidros pintados, criou inesperadas formas coloridas em suas paredes brancas. Contou-se com a participação de pintores, escultores e artesãos locais, no *sonho* de transformar aquele espaço em um *lugar* onde se tivesse prazer de estar.

Figura 23 – Arquitetura interna do Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA



Fonte: Acervo do autor (2019).

Também foi criado um grande restaurante, que comportou 500 lugares, e teve ventilação natural cruzada, por possuir duas frentes. Anexo a esse restaurante, previu-se uma lanchonete, aberta para um antigo poço com água potável, que se encontrava no fundo da rua interna do conjunto. Em volta do poço, foi possível colocar mesas ao abrigo das sombras das árvores. A lanchonete serviu de apoio aos dois auditórios do centro, cujo acesso ocorreu pela chamada *ruazinha do Anil* (MACHADO, 2001).

Quanto a impressionante estrutura metálica da Fábrica, forjada na Inglaterra e montada no Anil, esta permaneceria intacta, dando assim o testemunho da qualidade da construção do final do século XIX, naquela conjuntura usada, a seu modo, para produzir saber, formar cidadãos.

4.3.2. Fábrica da educação, produção com saber

A partir de 1994, no Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA (Figura 24) – são atendidos mais de 10.500 alunos, num impressionante conjunto composto de mais de 87 salas de aula, posto de saúde, áreas de lazer, entre outros espaços. Nas 87 salas de aulas pré-concebidas, havia espaços para turmas de pré-escola, 1º e 2º graus, ensino profissionalizantes e apoio pedagógico.

Figura 24 – Uma das entradas de acesso ao Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA



Fonte: Acervo do autor (2018).

Concebido pela então secretária de Desenvolvimento Social e Comunitário, Nice Lobão, o Cintra teve a sua administração entregue a uma fundação pública, a Fundação Nice Lobão, constituída com base em Lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão (MACHADO, 2001). Contudo,

atualmente, o Cintra faz parte da rede de Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, os IEMA's.

A saber, o então Governador do Estado Edson Lobão pretendia batizar a obra com o nome da então Primeira Dama do Estado. A escolha foi feita através de uma consulta popular realizada em maio de 1993, patrocinada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Comunitário, que entendeu que cabia à comunidade local renomear a antiga Fábrica, como forma de traduzir sentimento pela obra.

A título de esclarecimento é preciso destacar que a Lei não permite colocar nome de pessoas vivas em obras públicas, a solução foi criar uma fundação com o nome de Nice Lobão (Lei 5.774, de 15 de outubro de 1993), para administrar o até então Centro Integrado do Rio Anil. Além de atender o aparente desejo do povo, a fundação ainda trouxe vantagens, como a grande disponibilidade de recursos financeiros, estaduais e federais, privilegiando a educação formal e a complementar.

A educação formal foi estabelecida com o ensino fundamental, pré-escola, ensino médio e profissionalizante e antigo magistério. Com isso, o Governo do Estado pretendeu diminuir o alarmante índice de crianças e adolescentes fora das salas de aula naquele tempo. Outras alternativas de estudo e formação também foram incorporadas à Fundação Nice Lobão, tais como: cursos de artes, corte e costura, datilografia, entre outros. A isso ainda soma-se uma educação baseada no esporte e na saúde.

Todos os cursos e oficinas foram abertos à comunidade do Anil e adjacências, como Pão de Açúcar, João de Deus, São Bernardo e Vila Palmeira. Neste sentido, os discursos oficiais proferidos no ato da inauguração destacam a relevância da obra. Segundo o então Governador:

O Centro Integrado do Rio Anil é o resultado de um esforço coletivo do Governo, empenhado duramente mais de dois anos na execução de um projeto de educação integrada que, tenho certeza, será um modelo para o Brasil; com criatividade, seriedade e competência, construímos essa obra magnífica que vai beneficiar uma parcela considerável da infância e da juventude maranhense. No Cintra, mais de 4.500 estudantes vão dispor todos os anos das melhores condições para o desenvolvimento de suas potencialidades, preparando-se com segurança para o futuro. É com imensa honra e alegria, portanto, que entrego mais essa importante obra ao povo da minha terra (IPES Apud MACHADO, p. 38).

Já a Primeira Dama, Abdenice Lobão, em tom parecido, e em parte do seu discurso, também no ato de inauguração do Cintra, proferiu as seguintes palavras:

Foi árduo, mas gratificante, o desafio de transformar a velha Fábrica de Tecidos Rio Anil num dos mais modernos centros educacionais do país. Ao Cintra, dediquei o melhor de mim, como mãe, como servidora pública e como cidadã, na certeza de que estou dando importante contribuição à política de valorização da juventude maranhense definida pelo Governo Lobão. O Cintra é o exemplo de muito que se pode fazer em benefício das crianças e dos jovens quando a decisão política alia-se à criatividade e ao amor (IPES Apud MACHADO, p. 42).

Outro importante aspecto *educacional* traduzido pela Escola reside na recuperação e preservação de um valioso exemplar do patrimônio histórico-arquitetônico do Maranhão, que se encontrava ameaçado de desaparecer. A antiga Fábrica voltou a ter utilidade, pelo rico patrimônio histórico que representa, e pelo seu caráter *vivo* de servir a uma comunidade como centro de ensino eficaz e como possibilidade de modificar e dar fruto aos seus estudantes.

E sobre a história patrimonial do CINTRA, com ênfase nos projetos que a Escola desenvolve a respeito, e em relação com a comunidade, atentamos para o que nos disse a Sra. Alexandrina Martins, coordenadora adjunta daquela instituição, já citada acima:

Realizamos o Projeto de 25 anos do CINTRA, onde se buscou a valorização desta história. A preocupação com a história da Escola se dá pelo interesse de levar a história da escola para o bairro Anil, fazendo com que nossos moradores matriculem seus filhos aqui. Antes existia um movimento nas paradas de ônibus de alunos, justificando a matrícula de alunos de diversos bairros de São Luís. Desta forma, os pais dos alunos do bairro tinham que dormir na fila para conseguir uma vaga. Este foi um ponto de fragilidade do CINTRA perante aos moradores do bairro Anil, que foi ver que a escola antes servia mais aos alunos de outros bairros que os próprios alunos anilenses [...] É lógico que a escola é para todos, mas as pessoas daqui são daqui, né?! [sic.]

O fato de eles (moradores) serem “dali” nos autoriza, em nos entender, tentar transitar pelos seus *fiões de memória*.

4.4. O Anil sob os fios das memórias dos moradores

A velha fábrica, símbolo de riqueza do início do século passado, no final da década de 1980, era apenas um prédio arruinado e perdido no abandono, porém ainda imponente, que mantinha o seu traçado inicial quase intacto, fato que levou o Governo do Estado da época a comprá-lo de William Nagem, proprietário do prédio, decretando a desapropriação e a incorporação pelo poder público estadual em setembro de 1989.

Essas foram as palavras que nos foram ditas pelo Sr. Francisco de Sales Carramilo (*in memoriam*), um dos moradores mais emblemáticos do bairro Anil. O entrevistamos em sua residência em 14 de março de 2018, e aqui nos expomos em dizer da assertiva sabedoria do mesmo quando o tema era Anil.

Segundo o Sr. Carramilo, feita a desapropriação e após a publicação no Diário Oficial, foram tomadas as medidas de notificação ao secretário de administração, e que a partir daquela data a Fábrica seria tombada pelo Patrimônio Artístico e Paisagístico do Maranhão.

Como já dissemos acima, a comunidade anilense também tinha anseios de que “*o bairro voltasse a ser o que era antes*”, industrial, recreativo e bem estruturado. O vereador e morador do bairro José de Ribamar Cordeiro Filho era um incentivador daquela ideia, ao ponto que promovia reuniões na intenção de preparar documentos para fossem levados às autoridades competentes.

Objetivava-se que o prédio da Fábrica fosse aproveitado para ser útil aos anilenses. Era exatamente isso que queriam. De acordo com a senhora Maria de Fátima Carramilo:

Para os mais velhos, era um sonho que a indústria voltasse a funcionar, os mais novos queriam a efetivação de uma escola de Ensino Médio, que não tinha no bairro, porém com âmbitos maiores, com cursos profissionalizantes, creches, serviços ambulatoriais, além da parte cultural, como está nos dias de hoje. A proposta foi encaminhada ao gabinete do Governador Edson Lobão, à SEDESC, à SEDUC e SECMA, para que fosse efetivada a avaliação da mesma [*sic.*].

E assim a velha Fábrica voltou a ter uma atividade, passando a servir a comunidade como um eficaz centro de ensino, para usufruto, principalmente, de crianças e jovens. É de suma importância destacar que projeto arquitetônico, já discutido na seção anterior deste capítulo, visava recuperar a Fábrica sem alterar

a estrutura externa, como fachada, telhado e esquadrias. De acordo com Viveiros (1995), em agosto de 1992 as obras de recuperação foram iniciadas.

Notadamente, com a inauguração do CINTRA, em 1994, houve uma preocupação em estruturar o bairro Anil. Assim, as ruas de acesso ao bairro foram pavimentadas, a ponte sobre o rio Anil foi construída, entretanto, a euforia não passou dos primeiros meses, sobressaindo-se a carência estrutural e social do *lugar*, o que parece resistir até hoje, como coloca a senhora Margarida Barbosa Silva, ouvida em 25 de abril de 2019:

Os serviços públicos são de péssima qualidade, continuamos convivendo com a falta de saneamento básico, lixo a céu aberto e os esgotos são jogados no rio Anil sem nenhum tratamento. Quanto ao atendimento à saúde pública, pode-se constatar que é insuficiente para atender a demanda populacional. O bairro conta apenas com um pronto socorro que é mantido pela prefeitura municipal, que se resume aos primeiros socorros. E pensar quem foi o Anil, né!? [sic.]

Com a expansão urbana no eixo São Luís/São Francisco, a comunidade pensa que “*o Anil entrou no esquecimento*”, inclusive, as localidades que faziam parte da Vila Anil estão se subdividindo, de modo que até mesmo órgãos públicos como o IPLAM (Instituto de Pesquisas e Planejamento do Município) e a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), ao realizarem suas atividades na área, estão fracionando o bairro em subáreas, gerando, assim, novas denominações (RIBEIRO Jr, 2001).

Os moradores, principalmente os mais velhos, ao serem indagados, sempre falam do bairro com certo saudosismo, e isso se explica, muito provavelmente, por terem vivenciado o que eles chamam de “*tempo bom*”. Vejamos o que nos relata o Sr. Francisco Carramilo: “*só era bom quando a fábrica funcionava, tinha mais movimento, mais vida, sabe?!*” Já a senhora Joventina Veiga, entristecida com a falta de atenção do poder público com o bairro, lança:

O Anil não evoluiu quase nada de lá pra cá. Fez foi piorar aqui no Anil. Todo bairro que se olha é organizado, feito a Cohab, a própria Cidade Operária, o Cohatrac nem se fala, todos tiveram prosperidade, mas o Anil ficou assim. Que Pena! A gente nasceu e se criou aqui, viu e não vê nada. Vem político e sai político, vereador, deputado [...] Parece que, não olham pra cá. Apesar de morar muita gente boa aqui, o Anil se resumiu a um corredor dos bairros que se tornaram centro comercial de São Luís [sic.]

Sobre a vocação comercial e residencial do bairro de outrora, o enfoque na memória dos moradores anilenses, fez surgir a lembrança das antigas linhas de ônibus como elementos significativos no tocante a identidade do Anil (Figura 25). Desta maneira, a memória é componente imprescindível à identidade do lugar, as *lembranças* resguardadas, uma vez compartilhadas, contribuem para solidificar as imagens da cidade coletiva (ABREU, 1998).

Figura 25 – Ônibus da linha Anil



Fonte: Livro do Maranhão, 1908.

A “cidade coletiva” (aquela que todos possuem acesso) que foi e é o bairro Anil deve muito da sua dinâmica às funções desenvolvidas pela Fábrica de Tecidos, pois esta gerou empregos diversos, aquecendo a economia, a cultura e a sociedade, surtindo efeito, no todo, de São Luís e refletindo nas cifras do Estado do Maranhão. Neste cenário, o mercado público, que sediou por anos a superintendência do Anil, atualmente um posto de saúde (Figura 26), teve papel crucial como entreposto de negócios.

O extrativismo marinho, o plantio de hortaliças e a criação de aves e de animais de pequeno porte também se constituíam em meios de sobrevivência das pessoas do bairro Anil. Efetivamente, tais práticas também eram destinadas ao consumo de alto padrão. Pelo bairro, ainda segundo os moradores, era forte a presença de caixeiros viajantes (homens que viajavam por entre lugares

longínquos a fim de comercializar produtos diversos), o porto favorecia as suas mobilidades.

Figura 26 – Posto de saúde, outrora alfândega do Anil



Fonte: Acervo do autor (2019).

Outro fator marcante na percepção dos moradores do Anil é que aquele era um bairro no qual se destacava uma elite social, pequena é verdade, mas formada por proprietários de latifúndios e casas portentosas - cita-se aqui o local onde funcionou há pouco tempo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em anos passados pertenceu à tradicional família Caldas. Esses proprietários, não raro, eram médicos, farmacêuticos (donos de várias farmácias), comerciantes promissores e políticos.

Contudo, essa classe dita privilegiada não ficava alheia aos problemas sociais do lugar. Os médicos, por exemplo, facilitavam o acesso das pessoas menos abastadas aos hospitais nos quais prestavam serviço, e não era raro consultarem gratuitamente em suas residências e distribuírem medicamentos à população do bairro, como assevera a moradora Maria José Salgado Leite: “Os médicos de antigamente não eram como os de agora, que só atendem por dinheiro. Quantas e quantas vezes fui recebida pela Dra. Laura Caldas e seu marido Dr. Vasconcelos na casa deles, à noitinha, com meus filhos doentes?!” [sic.]

A classe média era constituída por comerciantes, gerentes (José Pereira e Acrísio Tavares foram os primeiros), funcionários especiais da Fábrica e alguns profissionais liberais. Já a camada social mais baixa era composta pelo operariado fabril e *representantes de ofícios*: sapateiros, costureiras, barbeiros, carroceiros, pedreiros, entre outros. Entretanto, os profissionais indicados desempenhavam atividades paralelas. Por exemplo, identificamos nas entrevistas que tecelãs e fiandeiras da Fábrica Rio Anil aos domingos e feriados costuravam *para fora*. Assim, nos períodos de folga do trabalho desempenhavam trabalho adicional para reforçar o orçamento familiar. Grosso modo, o mesmo aplicava-se aos demais trabalhadores.

De modo geral, tanto a base quanto parte da camada intermediária do Anil possuíam muitas afinidades e desfrutavam do mesmo tipo de lazer. Nesse sentido, desempenhavam papel significativo os clubes sociais, que não funcionavam apenas como meio de diversão, mas também como ponto de encontro entre amigos. Estendendo-se na abordagem sobre o lazer, torna-se imprescindível não ocultar o gosto dos moradores anilenses pelo futebol. O futebol anilense já foi bastante organizado, tendo como time pioneiro o Operário, cujos fundadores foram os senhores Domingos e Zeca Jorge, funcionários da Fábrica.

Ademais, ao mesmo tempo em que o bairro Anil era a “Vila Famosa”, conforme destaca Ribeiro Jr. (2001), possuía no seio de sua comunidade peculiaridades que correspondiam à sua posição de elo fundamental entre o núcleo urbano de São Luís e a zona suburbana da Ilha do Maranhão, o que hoje se percebe por meio das funções exercidas pelas avenidas (ver Figura 27).

Figura 27 – Trânsito na Avenida São Sebastião, Anil



Fonte: Acervo do autor (2019).

O Anil foi um bairro cuja população esteve preocupada com a manutenção de suas tradições. Tanto que no segundo trimestre de 1921, um jornal da Ilha ressaltava o seu fascínio e dedicação pelo folclore, especialmente ligado ao fenômeno *bumba meu boi*:

O “*bumba meu boi*” não se faz esperar. Ouviram-se os primeiros batuques, as primeiras descargas das matracas, os primeiros gritos, e foi o alarma. Quando ele apareceu a saudação foi unânime (Jornal OS FESTEJOS hontem, 1921, p. 2).

Torna-se patente que a comunidade anilense destacava-se também do ponto de vista cultural, onde lendas, superstições, cantos, danças e religiosidades são imperativos significativos até hoje no imaginário social do lugar.

Sobre esta *frente cultural*, o presidente da Associação dos Moradores do Bairro Anil (ver apêndice 4), e também vereador pelo município de São Luís, Marcelo Assad dos Santos, em entrevista que realizamos em 04 de fevereiro de 2020, expõe que: “é indispensável integrar passado e presente, quando se trata de um bairro que foi e é muito importante para a Geografia de São Luís, integrando, é claro, a história de um Maranhão Industrial”. O presidente ainda acrescenta que a Associação busca, ao máximo, dar voz à comunidade (Projeto Voz do Anil), na tentativa se sempre estarem buscando um melhor lugar (Anil) para todos. Neste caso citou com exemplo o projeto de grafite Renascer Anil (Figura 28), pelo qual “os moradores podem expressar seus sentimentos com relação do bairro de ontem, de hoje e de como querem para o amanhã”.

Figura 28 – Projeto de grafite Renascer Anil



Fonte: Acervo do autor (2020).

Numa rápida análise dos projetos citados – Voz do Anil e Renascer Anil –, a julgar pelo que ouvimos e encontramos em campo, podemos afirmar que os mesmos realçam notoriamente a conjuntura econômica e social do Anil de outros tempos, trabalhos nos quais a Fábrica de Tecidos Rio Anil é interpretada como produtora de uma geografia imaginariamente recordada de modo positivo pelos moradores. Na trama, a escola CINTRA também desponta com análises satisfatórias, tida como um espaço que orgulha o bairro.

Sobre o CINTRA, fizemos as seguintes indagações para o presidente da Associação dos Moradores do Bairro Anil: “Qual o nível de relação da Associação com o CINTRA?”; “Como vocês percebem a importância desta instituição de ensino na configuração sociocultural do bairro?”. Vejamos o que nos disse:

Tenho um projeto com Olivar (diretor do CINTRA) sobre a construção de um memorial que trará o que foi a Fábrica Rio Anil no passado, para que os alunos saibam essa importante parte da história de São Luís e do bairro Anil [...] Agora já se percebe que alguns moradores já conseguem matricular seus filhos na escola, coisa que antes, por causa de certos políticos, não acontecia. Agora já é possível. E com a transição de CINTRA para IEMA, conseguimos com a SEDUC uma parceria para trazer cursos profissionalizantes para os nossos alunos anilenses e de toda São Luís que estudam nesta escola tão importante para a educação do nosso Estado. [sic.]

Assim, com as palavras de uma significativa representação comunitária, com vistas para o futuro, encerramos este capítulo já nos direcionando para as últimas considerações desta dissertação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do período colonial, o Estado do Maranhão foi um dos maiores exportadores de algodão para as indústrias têxteis da Inglaterra. No entanto, este foi um breve período de prosperidade, pois logo o preço do algodão caiu, levando à bancarrota toda a estrutura voltada para a agroexportação. Ante a crise instalada, no final do século XIX, os proprietários maranhenses, com o capital que restava, investiram maciçamente nas atividades manufatureiras, abrindo fábricas em Caxias-MA, Codó-MA e, principalmente, em São Luís. É nesse contexto que as atividades fabris ganham margem no Estado e em São Luís.

Assim, ao término deste trabalho, destacaremos, sobretudo, outras considerações específicas sobre a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, com especial atenção na sua interferência com relação aos aspectos de vida dos anilenses, perpassando pela reconstituição de seus lugares. **Tendo o bairro como lugar, acreditamos que as mudanças de função e significado nas formas simbólicas espaciais geraram transformações relevantes na identidade dos anilenses.** Isso se traduziu, notadamente com a falência da fábrica, no tempo em que o prédio ficou ocioso, até a refuncionalização do mesmo com a inauguração da Escola CINTRA.

Na maioria dos apontamentos dispensados pelos sujeitos entrevistados por nós, a questão do emprego que a fábrica gerava dizia respeito a uma das mais relevantes queixas. De fato, a produção ali era volumosa (cerca de 1 milhão de metros de tecidos por ano), e isso fazia com que muitos homens e mulheres tivessem que ser contratados. Com efeito, a maioria destes trabalhadores residia no próprio bairro Anil e nas circunvizinhanças. Toda essa dinâmica econômica vingava num aquecimento social do bairro, findando na década de 1950, quando da falência da fábrica.

Não é exagero dizer, portanto, que por muito tempo a identidade social do bairro esteve ligada, intrinsecamente, com as atividades desenvolvidas pela Fábrica de Tecidos, bem como pelos desdobramentos dessas. Lançando mão de um breve exame fenomenológico, afirmamos que essa é uma verdade até hoje na “terra incógnita” que é a memória daquelas pessoas, que, imaginariamente, revisitam os lugares de outrora.

Mesmo quando imprimimos uma visão crítica ao assunto, e temos que reconhecer a exploração da fábrica frente ao trabalho humano, não reduzimos o fenômeno a uma questão puramente econômica. Em todo caso, havia, em nossa visão, uma inter-relação amistosa entre as partes. Se por um lado a Fábrica Rio Anil representou a exploração inerente às relações de trabalho no mundo capitalista, onde se reproduz a contradição fundamental para a manutenção do sistema, por outro lado a Fábrica também concebeu a elevação do padrão de vida (alimentação, vestuário, lazer, educação, entre outros), para aquela comunidade.

Assim, o fechamento da *Rio Anil* significou uma situação difícil para os integrantes do “bairro do já teve” – denominação atribuída pelos próprios moradores –, o qual, a princípio, continuou coexistindo na expectativa que se tinha de ver a velha Fábrica retornar às suas atividades. Em resumo, **pode-se perceber que existia uma evidente empatia entre os anilenses e a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil**. Parte de tal empatia foi alcançada, entre outras questões, mediante o orgulho de ser da vila/bairro Anil, mesmo se estando na condição de uma comunidade suburbana.

Permitindo-nos, aqui, saltar no tempo, cumpre lembrar que, recentemente, o bairro também passa a se orgulhar da escola CINTRA: grande, bem estruturada e que veio para dar vida a um prédio que se encontrava sem uso social fortuito. Resultado de esforços comunitários e políticos, **a Escola funda novas formas aos lugares dos moradores do bairro, redesenhando as instâncias culturais, sendo ela mesma uma construção cultural**. E como construção cultural, é válido ressaltar o quanto o tempo futuro representa um componente de interesse para tal realidade.

Por força das leituras que fizemos na construção deste trabalho, falamos em *Fábrica-Escola*, na tentativa de lançar luz sobre o processo sociocultural de ressignificação de uma forma espacial, que hoje, mesmo tendo a sua função restrita ao campo educacional, faz valer uma espécie de sensibilidade patrimonial com a história fabril, bairrista, mas que também transborda os seus limites territoriais.

Diríamos, por fim, que **do bater dos panos à sirene escolar, o bairro Anil foi e é reivindicado por diversas frentes sociais, explicitando a fluidez espaço-temporal do espaço urbano, no qual a paisagem é constantemente**

negociada e os lugares são plurais, seja para moradores daquelas terras, seja para moradores de bairros mais ou menos longínquos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: **Revista Território** – LAGET/UFRJ, nº 4, Ano III, Jan/Jun. 1998. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CALDEIRA, J. de R. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML/SIOGE, 1991.

CANCLINI, N. G. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARLOS, A. F. **Espaço e Indústria**. 8º ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, Edições, 2007.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação** Vol.16, nº 02. Universidade do Minho. Braga. Portugal. 2003.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia in: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2016. p. 15-47.

_____. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Aurora Geography Journal**, v.1, p.11-19, 2007.

_____. Inovações espaciais urbanas: algumas reflexões. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

COSTA, A. A. S. da. **Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil**: sua Influência na formação do bairro Anil. 58f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís-MA. 1998.

CRITELLI, D. M. **O uno o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, ano XXIX, nº 5924, de 07 de junho de 1893, p. 01. Companhia de Ferro-Carril do Maranhão: Relatório da Construção da estrada de Ferro do Anil. Jornal A Flecha, 1879.

DIÁRIO DE SÃO LUIZ. Os festejos hontem. São Luís, n. 148, 25 jun. 1921, p. 2.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, ano XXIII, Decreto Municipal nº 57 02/01/1933.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas do Maranhão**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafiset, 2006.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_5_ferreira.pdf. Acesso em 13 de junho de 2019.

FLÁVIO, L. C. **A geografia e os “territórios de memórial (as representações de memória do território)**. Volume 15 – Número 21– Jan/Jun 2013 – pp. 123-142. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8731/6734>. Acesso em 08 de abril de 2019.

GOMES, J. T. P. **Síntese histórica da formação urbana de São Luís**. São Luís: R. FIPES, v.2, p.17-25, jul/dez 1988. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/9603-Texto%20do%20artigo-35641-1-10-20150630.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2017.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Ed. Papirus, Campinas, 56 pp, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOLANDA, S. B. **O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos (1951)**. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas/SP: Ed. Unicamp; UERJ, 2008, p. 601-616.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.

ITAPARY, J. **A Falência do Ilusório**. São Luís: Alumar, 1995.

LACROIX, M. de L. L. **A educação na baixada maranhense: 1828/1889**. São Luís: SECMA, 1982.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LISBOA, M. A. C. **Em torno da fábrica: o cotidiano dos operários da Fábrica do Rio Anil**. 63f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís-MA. 1997.

LOWENTHAL, D. **Geography, Experience and imagination: towards a geographical epistemology**. In: Annals of Association of American Geographers. New York/USA: Vol.51, n.3, p. 241-260, set. 1961.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, E. **Fábrica Rio Anil: retrospectiva histórica**. 52f. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís-MA. 2001.

MARTINS, J. S. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**: Série Histórica, n. 3, 1992. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/18706-Texto%20do%20artigo-22237-1-10-20120523.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2019.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 312.

_____. **Superando a visão romântica sobre o lugar**. Entrevista revista Unissinos. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515130-superando-a-visao-romantica-sobre-o-lugar-entrevista-com-a-geografa-doreen-barbara-massey>. Acesso em 05 de junho de 2019.

MELO, M. C. P. de. **O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940 -1960)**, São Luís: SIOGE, 1990.

PONTY, M. **Phenomenology of Perception, London and New York**: Routledge Classics, ISBN 0-415-27841-4, pp.30-35. 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PPP. Projeto Político Pedagógico da Escola CINTRA. 1993. Datilografado.

RAMOS, A. **São Luís, 1908 * 2008 – a cidade no tempo**. São Luís: Instituto da cidade, 2008.

REVISTA PROJEÇÃO. Editorial. São Luís, v. 1, n. 4, p. 5, maio 1980.

REY, A. **Teste de cópia e de reprodução de memória de figuras geométricas complexas**: Manual/André Rey: revisão técnica Teresinha Rey, Lucia Fleury Franco; tradução Teresinha Rey, Lucia Cristina Fleury Franco. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

RIBEIRO JR., J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: Ed. do autor / FUNC, 2001.

RIBEIRO, W. C. Do Lugar ao Mundo ou o Mundo no Lugar? **Terra Livre AGB**, n. 11, v. 12, p. 237-242, 1993. Disponível em: <https://www.agb.org.br/revistas-da-agb/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SANTOS, D. Um objeto para a Geografia. Sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. **Terra Livre**, v. 1, p. 27-40, 2008. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/issue/view/41>. Acesso em 17 de junho de 2018.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. O espaço social numa perspectiva interdisciplinar. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. (org.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 65-85.

SEEMANN, J. Mapas, mapeamentos e a Cartografia da realidade. **Geografares**, Vitória (ES), V.4, p. 49-60, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1080>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, M. L. T, E. Fincando Bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 1987, p. 29-66. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades>. Acesso em 17 de setembro de 2018.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. v. 1. 218 p.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Revista perspectiva geográfica**, UNIOESTE v.9, nº.11, 2014. Disponível em [e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/11154/8417](http://revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/11154/8417): Acesso em 10 de janeiro de 2020.

SUETERGARAY, D. M. A. **Pensando o espaço**. In: CALLAI, Helena C. (org). O Ensino da Geografia. (Coleção Ciências Sociais). Ijuí: Unijui, 2001.

SULVA, R. de J. B. **A Fábrica Rio Anil: Industrialização maranhense e condições de trabalho do operariado**. 49f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís-MA. 2005.

TAMANINI, E. **História revisitada: a etnicidade no sul do Brasil sob o olhar da cultura material – museu nacional de imigração e colonização**. Campinas, UNICAMP, 1999.

TRIBUZZI, B. **Formação econômica do Maranhão**. São Luís: FIPES, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 143 – 164.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência; tradução: Lívia de Oliveira** – Eduel, 2011.

F. R. **Industrialização e emprego: problema de reposição de equipamentos**. In. Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro. IPEA, 2 (1): 3-54, jun. 1972.

VIVEIROS, J. **Benedito Leite, um verdadeiro republicano**. Ed. Taveira. São Luís, 1957.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: o lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 4-18, Inverno 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevista com os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Rio Anil



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

Programa de Pós-graduação em Geografia,
Natureza e Dinâmica do Espaço - PPGEO

1. Há quanto tempo você e sua família moram no bairro Anil?
2. Que tipo de lembranças você possui da época de funcionamento da Fábrica de tecidos do Rio Anil, atual Cintra?
3. Você trabalhou na Fábrica do Rio Anil? Quando (período)? Qual a função? Tem alguma memória (documentos, fotos)?
4. Como era a contratação do operário: carga horária, salário, se havia algum curso de capacitação?
5. Como o Rio Anil era aproveitado (pela Fábrica e pela comunidade)?
6. Como eram os meios de transportes utilizados pelos operários e para cargas?
7. Os operários já moravam no Anil?
8. Porque você foi morar nesse bairro?
9. O que já havia no Anil?
10. Você acha que a realidade do bairro Anil mudou muito? O que mais mudou?

Grato pela compreensão e respostas!

Mestrando-pesquisador: Jean Carlos Louzeiro dos Santos
Orientadora: Professora Dr.^a Regina Célia de Castro Pereira

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (**PPGEO – UEMA**).
Cidade Universitária Paulo VI, Av. Lourenço Vieira da Silva, nº 1000 - Bairro: Jardim São Cristovão
CEP 65055-310 – São Luís/MA. FONE: (98) 2016-8100. E-mail: ppgeo.uema@gmail.com

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROJETO DE PESQUISA – Mestrado

DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural

Roteiro de Entrevista – Moradores (antigos) do Bairro Anil

Gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em nos receber e por conceder esta entrevista. Somos do programa de mestrado em Geografia da UEMA (São Luís-MA) e temos interesse em estudar a transformação espacial e simbólica do Bairro Anil com foco na 'Fábrica-escola' e no lugar dos moradores.

1º. Nome. Idade. Tempo de residência. Morando ou não atualmente no Anil? Qual o nível de relação você tem/teve com o bairro?

2º. Quais são as suas maiores lembranças do bairro Anil? O que é o Anil é hoje para o(a) senhor(a)?

3º. Na sua concepção, qual era o valor da Fábrica de Tecidos para o bairro naquele contexto histórico? Conhece alguém que trabalhou em tal Fábrica? Tem registros fotográficos? O que era trabalhar na Fábrica? Tem lembranças da Vila Operária, dos clubes e cinemas? O que era **viver** no Anil?

4º. O(A) senhor(a) lembra do período de fechamento da Fábrica? O que muda- no bairro neste período? Recorda quando e como que o espaço da Fábrica passa a ser usada como Escola? Se sim, conte-nos a respeito.

5º. O que **sente** hoje pelo bairro?

6º. Quem mais o(a) senhor(a) nos indicaria para conversarmos sobre o bairro Anil?

7º. Espaço aberto para o(a) senhor(a) nos colocar quaisquer outras informações/acréscimos sobre o bairro Anil.

GRATO!

Jean Carlos Louzeiro dos Santos (orientando).

José Arilson Xavier de Souza (professor orientador)

APÊNDICE 3



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROJETO DE PESQUISA – Mestrado

DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural

Roteiro de Entrevista

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA (CINTRA)

Gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em nos receber e por conceder esta entrevista. Somos do programa de mestrado em Geografia da UEMA (São Luís-MA) e temos interesse em estudar a transformação espacial e simbólica do Bairro Anil com foco na 'fábrica-escola' e no lugar dos moradores.

- 1º.** Nome. Tempo que trabalha na Escola. Mora no bairro Anil?
- 2º.** Quais as *imagens* você têm do bairro Anil? O que mudou a partir do momento em que começou a trabalhar na Escola?
- 3º.** O que representa trabalhar numa escola que tem em seu prédio marcas de um período em que o bairro Anil era conhecido pela pujança fabril-econômica?
- 4º.** Como a Escola percebe e trabalha a história deste prédio, e dele com relação ao bairro, em meio a sua proposta pedagógica?
- 5º.** Atualmente ou em outrora o CINTRA desenvolve(u) algum projeto que busca(ou) educar por meio de tal *história*? Se sim, como acontece(u) a participação dos alunos? Tem registros fotográficos afins?
- 6º.** Dos alunos residentes no bairro Anil, como percebem o envolvimento e os sentimentos surgidos com tais trabalhos escolares? O rio surge neste cenário? Se sim, fale-nos como?
- 7º.** Como definiria a relação da Escola com o bairro Anil (moradores)?
- 8º.** Quais materiais nos indicariam para consultarmos sobre a relação Fábrica-Escola e bairro Anil? Com quem mais poderíamos conversar a respeito?
- 9º.** Espaço aberto para nos colocar quaisquer outras informações/acréscimos.

GRATO!

*Jean Carlos Louzeiro dos Santos (orientando).
José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*

APÊNDICE 4



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROJETO DE PESQUISA – Mestrado

DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural

Roteiro de Entrevista

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ANIL

Gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em nos receber e por conceder esta entrevista. Somos do programa de mestrado em Geografia da UEMA (São Luís-MA) e temos interesse em estudar a transformação espacial e simbólica do Bairro Anil com foco na 'fábrica-escola' e no lugar dos moradores.

- 1º.** Nome. Tempo de trabalho e função que desenvolve na Associação.
- 2º.** Quais as *imagens* você preserva do bairro Anil? O que mudou a partir do momento em que começou a trabalhar na Associação?
- 3º.** O que representa trabalhar num bairro que é rico em história quando o assunto é economia fabril do estado do Maranhão? A Associação trabalha de alguma forma este tema em suas atividades?
- 4º.** Qual o nível de relação da Associação com o CINTRA? Fale-nos a respeito. Como vocês percebem a importância desta instituição de ensino na configuração sociocultural do bairro?
- 5º.** Esta Associação acompanhou o processo de implantação da Escola CINTRA no "lugar" da Fábrica? Se sim, conte-nos sobre os sentimentos predominantes no cenário social daquele período. Quais forças concorreram para tamanha empreitada?
- 6º.** Dos alunos do CINTRA residentes no bairro Anil, como percebem o envolvimento e os sentimentos que têm pela Escola-Fábrica? O rio surge neste cenário sentimental? Se sim, fale-nos como?
- 7º.** Quais materiais nos indicariam para consultarmos sobre a relação Fábrica-Escola e bairro Anil? Com quem mais poderíamos conversar a respeito?
- 8º.** Espaço aberto para nos colocar quaisquer outras informações/acréscimos.

GRATO!

Jean Carlos Louzeiro dos Santos (orientando).
José Arilson Xavier de Souza (professor orientador)

APÊNDICE 5



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROJETO DE PESQUISA – Mestrado

DO BATER DOS PANOS À SIRENE ESCOLAR: uma análise do bairro Anil à luz do lugar como tecido sociocultural

Roteiro de Entrevista

REPRESENTANTES DA SEINC

(Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Maranhão)

Gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em nos receber e por conceder esta entrevista. Somos do programa de mestrado em Geografia da UEMA (São Luís-MA) e temos interesse em estudar a transformação espacial e simbólica do Bairro Anil com foco na 'fábrica-escola' e no lugar dos moradores.

- 1º.** Nome. Tempo de trabalho e função que desenvolve na SEINC.
- 2º.** O que a SEINC tem de materiais a respeito do funcionamento do ramo têxtil no século XX no Maranhão?
- 3º.** Quais os fatores que acarretaram na falências dessas fábricas no Estado?
- 4º.** Quais informações vocês podem nos repassar sobre o processo de funcionamento da Fábrica de Tecidos do Rio Anil?
- 5º.** Quais materiais nos indicariam para consultarmos sobre a relação Fábrica-Escola e bairro Anil? Com quem mais poderíamos conversar a respeito?
- 6º.** Espaço aberto para nos colocar quaisquer outras informações/acréscimos.

GRATO!

*Jean Carlos Louzeiro dos Santos (orientando).
José Arilson Xavier de Souza (professor orientador).*

ANEXOS

Anexo 1- Lei nº 5.774, 1993 – Criação da Fundação Nice Lobão



ESTADO DO MARANHÃO

LEI Nº 5.774 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.

Dispõe sobre a criação da Fundação Nice Lobão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Nice Lobão, com sede e foro na cidade de São Luís e jurisdição em todo o Estado do Maranhão.

Art. 2º - A Fundação Nice Lobão é entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, funcionamento custeado por recursos do Estado e de outras fontes, com duração ilimitada e vinculada à Secretaria de Estado da Educação - SEEDUC.

Art. 3º - Integrará a Fundação Nice Lobão o Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA, com sede em São Luís, com todo o seu acervo e seu pessoal.

Art. 4º - A Fundação Nice Lobão tem por finalidade preparar o indivíduo, instrumentalizando-o para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao processo de crescimento pessoal e ao desenvolvimento econômico-social; desenvolver o espírito crítico e científico do homem a partir do entendimento dos problemas sociais mais amplos, como condição de participação ativa no projeto de construção de uma sociedade mais justa e democrática; formar o homem com base nos princípios de liberdade e solidariedade humana, com vista a uma atuação responsável, no desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 5º - Para cumprimento de suas finalidades a Fundação Nice Lobão terá a seguinte estrutura básica:

I - ÓRGÃO COLEGIADO

a) Conselho de Administração



ESTADO DO MARANHÃO

II - ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR

a) Direção-Geral

III - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

a) Gabinete da Presidência
b) Assessoria

IV - ÓRGÃOS DE GERENCIAMENTO

a) Diretoria Administrativa Financeira
b) Diretoria Pedagógica

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 69 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação superior, consultivo e fiscalizador, será composto de 11 membros titulares e 09 suplentes, a saber:

- I - representante do Governo do Estado, como Presidente do Conselho;
- II - representante do Governo do Estado, como Vice-presidente do Conselho;
- III - Diretor-Geral da Fundação Nice Lobão;
- IV - representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho;
- V - representante da Secretaria de Estado da Educação;
- VI - representante da Secretaria de Estado da Saúde;
- VII - representante da Secretaria de Estado da Cultura;
- VIII - representante da Secretaria Extraordinária de Desportos e Lazer;
- IX - representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação;
- X - representante da Comunidade;
- XI - representante do Conselho de Pais de Alunos do CENIRÁ.



ESTADO DO MARANHÃO

Art. 70 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador, para um mandato de 04 anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual período.

Art. 80 - O Diretor-Geral da Fundação Nice Lobão é membro nato do Conselho de Administração.

Art. 90 - Os representantes das Secretarias de Estado e seus suplentes serão propostos por seus titulares e nomeados pelo Governador.

Art. 10 - O representante da Comunidade será nomeado pelo Governador, mediante proposta do Diretor-Geral da Fundação.

Art. 11 - O representante do Conselho de Pais de Alunos do CINTRA e seu suplente serão eleitos em lista tríplice dentre seus pares e nomeados pelo Governador.

SEÇÃO II DA DIRETORIA GERAL

Art. 12 - A Diretoria Geral, órgão de direção superior da Fundação Nice Lobão, será exercida por um diretor escolhido dentre profissionais de comprovada experiência e ilibada reputação e nomeado pelo Governador do Estado, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser substituído a qualquer tempo por deliberação da maioria absoluta do Conselho de Administração da Fundação Nice Lobão.

SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 13 - Os órgãos de assessoramento da Fundação Nice Lobão serão dirigidos por profissionais de comprovada experiência, propostos pelo Diretor-Geral e nomeados pelo Governador do Estado.

SEÇÃO IV DOS ÓRGÃOS DE GERENCIAMENTO

Art. 14 - Os órgãos de gerenciamento da Fundação Nice Lobão serão dirigidos por profissionais de comprovada experiência, propostos pelo Diretor-Geral e nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 15 - As atribuições e competências dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Fundação Nice Lobão serão definidas em estatuto próprio, observada a legislação pertinente, aprovado por decreto governamental.



ESTADO DO MARANHÃO

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 16 - Para consecução de suas finalidades, caberá à Fundação:

I - oferecer à criança, ao adolescente e ao adulto acesso ao ensino formal de qualidade, da pré-escola (educação infantil) ao 2º grau (ensino médio), bem como educação de adultos, respeitando as fases de desenvolvimento do alunado e as necessidades inerentes a cada uma delas, a nível de conteúdo e metodologia de ensino;

II - planejar e acompanhar o processo de aprendizagem do alunado, oferecendo apoio pedagógico reforçado, com vistas à elevação da qualidade de apreensão do conhecimento;

III - proporcionar condições para o alunado vivenciar o trabalho como princípio educativo, fornecendo-lhe formação geral e fundamentos científicos e tecnológicos, tendo em vista a geração de emprego e renda;

IV - vivenciar, na Fundação, a Educação pelo Trabalho, com vistas à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho;

V - valorizar a cultura dos alunos, promovendo a produção cultural, a organização e a participação comunitárias;

VI - promover a educação em saúde como princípio de valorização à vida;

VII - incentivar e apoiar ações recreativas, esportivas e de lazer, propiciando o surgimento e o fortalecimento do sentimento de cooperação e participações;

VIII - desenvolver estudos e pesquisas, além de promover cursos, seminários e outros eventos sobre as políticas básicas de atendimento familiar;

IX - elaborar, executar e avaliar o seu Plano Plurianual de Ação de acordo com as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação - SEEDUC;

X - elaborar, executar e avaliar o Plano Anual de Ação prevendo suas atividades específicas relativas à integração da educação formal, da profissionalização, da capacitação de mão-de-obra, da produção cultural, do esporte e lazer e da educação em saúde.

Art. 17 - Para a execução de suas finalidades, a Fundação poderá firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal,



ESTADO DO MARANHÃO

bem como com outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 18 - É defeso à Fundação executar programas alheios às finalidades a que se destina.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 19 - O patrimônio da Fundação Nice Lobão será constituído de bens móveis e imóveis que vier a adquirir, por doações, heranças, legados, auxílios e contribuições de pessoas de direito público e privado nacionais, internacionais e estrangeiras, ou por recursos provenientes de receitas próprias.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação os bens móveis, imóveis e equipamentos necessários às atividades por ela desenvolvidas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 - Dentro de trinta dias, a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo ~~estabelecerá, por decreto,~~ a Fundação Nice Lobão, a qual adquire personalidade jurídica independentemente de qualquer registro.

Art. 21 - A Fundação submeterá, anualmente, ao exame e julgamento do Tribunal de Contas do Estado, após aprovação pelo Conselho de Administração e parecer da Auditoria-Geral do Estado, a sua prestação de contas.

Art. 22 - Ficam criados os Quadros de Cargos Efetivos e de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas constantes dos Anexos I e II.

Art. 23 - A Fundação Nice Lobão poderá instalar unidades operativas em qualquer parte do Estado, uma vez verificada a viabilidade de seu funcionamento e a disponibilidade de recursos financeiros, mediante autorização da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC.

Art. 24 - Os servidores integrantes das estruturas dos demais órgãos da Administração Pública Estadual poderão ser transferidos, por decreto governamental, para comporem o quadro de cargos efetivos criados nesta Lei.



ESTADO DO MARANHÃO

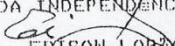
Art. 25 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 9.613.246,90 (nove milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e quarenta e seis cruzeiros reais e noventa centavos), destinado à instalação do Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA, da Fundação Nice Lobão, com recursos provenientes de anulação de dotações constantes do Orçamento do Estado e de Excesso de Arrecadação do Fundo de Participação dos Estados - FPE.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

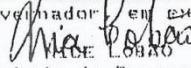
Art. 27 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE OUTUBRO DE 1993, 172ª DA INDEPENDÊNCIA E 105ª DA REPÚBLICA.


EDISON LOBÃO
Governador do Estado

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil
do Governador, em exercício


NICE LOBÃO
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social,
Comunitário e do Trabalho

RAIMUNDO NONATO CORREA DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado da Justiça

GASTÃO DIAS VIEIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Coordenação
Ciência e Tecnologia

OSWALDO DOS SANTOS JACINTHO
Secretário de Estado da Fazenda